



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

CERTIDÃO

----- **António Manuel Marques de Queirós Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, **CERTIFICA**, para os devidos efeitos, que, na sessão ordinária daquele órgão, realizada no dia 30 de setembro de 2024, com continuação no dia 02 de outubro de 2024, foi deliberado no ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovar por maioria, com 20 votos a favor e 24 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto.-----

----- Mais se certifica, em conformidade com a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, de 06 de março, que, da proposta aprovada resulta a seguinte informação:-----

Entidade: Município da Póvoa de Lanhoso

Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023

Ata de apreciação das contas		
1	Órgão competente	Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso
2	Data da reunião	30 de setembro de 2024
3	Total de votos	45
4	Total de votos presentes	44
5	Votos a favor	20
6	Votos contra	0
7	Declarações voto (total)	0
8	Declarações voto (contra)	0

Para constar, passo a presente certidão que dato e assino.

Póvoa de Lanhoso, 07 de outubro de 2024.

O Presidente da Assembleia Municipal,

Assinado por: **António Manuel Marques de Queirós Pereira**
Num. de Identificação: 08741378
Data: 2024.10.07 12:19:26+01'00'

António Manuel Marques de Queirós Pereira, dr.



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Quatro (15'):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto.

DELIBERAÇÃO:

Votos contra: ____ Votos a favor: ____ Abstencões: ____

Ponto Dois

Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto, e para efeitos de apresentação à assembleia municipal, para respetiva votação, nos termos da alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente foi presente proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:

“PROPOSTA:

Considerando a recente aprovação pela EPAVE do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., no passado dia 30 de agosto de 2024, **PROPÕE-SE:**

Que a câmara municipal delibere aprovar a presente proposta para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2023 da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto, e para efeitos de apresentação à assembleia municipal, para respetiva votação, nos termos da alínea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Que sejam cumpridos os quesitos previstos em termos de redação da ata, na instrução n.º 1/2019, de 6 de março, do tribunal de contas.

Póvoa de Lanhoso, 23 de setembro de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal,

Frederico de Oliveira Castro, Dr.”

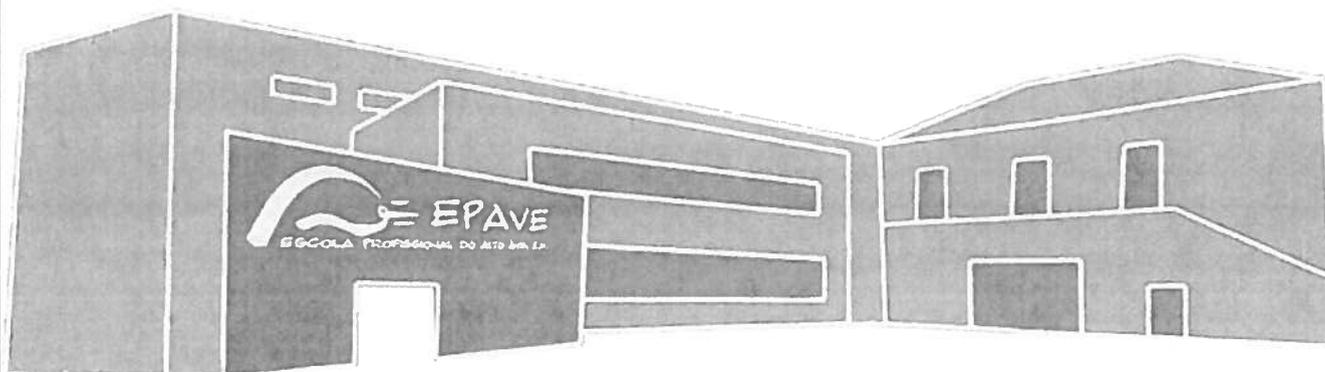
Tendo sido detetado um lapso na digitalização do ponto, foi o mesmo impresso e fornecido aos Senhores Vereadores, no dia da reunião, tendo o mesmo sido discutido com a concordância unânime dos membros presentes.

DELIBERAÇÃO: APROVADO POR MAIORIA COM A ABSTENÇÃO DOS SRS. VEREADORES DO PSD.

REMETA-SE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



PESSOAS
2030



Cofinanciado pela
União Europeia



SECRETARIA REGIONAL
DO ALTO AVE



REGIÃO N

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Índice

INTRODUÇÃO	5
RELATÓRIO DE GESTÃO	7
GASTOS.....	9
RENDIMENTOS	10
INDICADORES CONTRATO-PROGRAMA CPN.....	14
EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023.....	19
CONTABILIDADE DE GESTÃO.....	20
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ...	33
2- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	34
3 - ATIVOS INTANGÍVEIS.....	44
4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE	46
5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	46
6 - LOCAÇÕES	47
7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	49
8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	50
9 – IMPARIDADES DE ATIVOS.....	50
10 – INVENTÁRIOS.....	50
11 – AGRICULTURA.....	50
12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO.....	50
13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	50
14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	51
15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	53

Antunes

J
R

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	53
17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	53
18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	54
19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	58
20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	60
21 – RELATO POR SEGMENTOS	62
22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES	62
23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	62
ENCERRAMENTO ORÇAMENTAL 2023	65
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	70
PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	73
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	74
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO.....	75

António

l *R*

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Órgãos Sociais

Órgão de Gestão

Presidente do Conselho de Administração

Paula Cristina de Sousa Antunes

Vogais do Conselho de Administração

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

Cândido da Silva Mendes

Fiscal Único

Júlio Martins & Alves da Silva, SROC, Lda.

representada por

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C.

Antunes
PA

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

INTRODUÇÃO

O presente relatório, visa sobretudo, identificar, sinalizar e informar o acionista Município da Póvoa de Lanhoso e todas as demais partes interessadas, das práticas de gestão corporativa executadas pela EPAVE, fazendo refletir a atividade desenvolvida por esta escola, durante o ano de 2023, assim como a sua situação financeira no final do referido ano. Descrevem-se por isso, de forma objetiva, as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo 2022/2023, identificando os resultados atingidos face aos objetivos traçados no PAA (Plano Anual de Atividades) estabelecido pela escola.

António
R

As atividades vertidas no PAA têm uma execução temporal planeada para realizar ao longo de todo o ano escolar. Pela sua natureza, a maioria destas atividades não permitem a aferição imediata do impacto no desenvolvimento dos alunos, nem na resolução das problemáticas associadas à intervenção das diferentes temáticas, no entanto, é possível quantificar o número de atividades executadas face ao número de atividades planeadas, conjuntamente com as que ao longo do ano letivo vão sendo propostas complementarmente, quer por *stakeholders* internos, quer externos à EPAVE.

Faz-se ainda referência, ao longo deste relatório, ao número de turmas e cursos em funcionamento à data de 31 de dezembro de 2023.

No que diz respeito às contas do exercício no ano de 2023, verifica-se um acréscimo de rendimentos e de gastos, fundamentalmente devido ao acréscimo da atividade, que decorre da abertura de 3 novas turmas no ano letivo de 2023-2024 e da assinatura do novo contrato-programa, entre o Município e a EPAVE, para as atividades de enriquecimento curricular que esta última gere e que decorrem nos dois agrupamentos de escolas da Póvoa de Lanhoso.

Globalmente no ano em análise, 2023, a EPAVE registou os seguintes valores:

Total de rendimentos – 1.435.047,93€

Total de gastos – 1.381.057,28€

Total de recebimentos – 1.988.271,75€

Total de pagamentos – 1.568.995,63€

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Sendo que o resultado líquido do período é de 53.990,65€, representa um acréscimo de 96% face ao ano anterior. Assim, considera-se que os documentos agora submetidos para apreciação estão em conformidade e que seguidamente são apresentados elementos detalhados, relativamente às demonstrações financeiras do exercício de 2023.

O Órgão de Gestão

Paula Cristina de Sousa Antunes

Paulo de Fátima D.V. Moura

Assinatura

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ao sócio

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas o presente relatório de gestão do exercício findo em 31/12/2023, especialmente no que respeita à evolução da gestão da atividade, considerando designadamente, as condições do mercado, investimentos, gastos, rendimentos e atividades de investigação e desenvolvimento.



As várias áreas da formação profissional e respetivas saídas profissionais propostas pela escola, foram selecionadas de acordo com o levantamento de necessidades de formação, identificadas pela ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional em articulação com a CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave.

A procura por parte dos jovens para determinadas áreas desta tipologia de formação, indica com clareza que um dos objetivos passa pela vontade de adquirirem qualificações que lhes permitam, no futuro próximo, o ingresso mais fácil no mercado de trabalho. Reconhecem a qualidade da formação ministrada na EPAVE e o alinhamento das propostas com a necessidade de técnicos qualificados no mercado empregador, capazes de contribuir para o desenvolvimento da economia não só local como nacional. Aliada à maior facilidade da empregabilidade após a conclusão da escolaridade obrigatória, esteve também na origem da procura pela EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, E.M., a proximidade que existe entre os serviços de integração no mercado de trabalho e os jovens/famílias. Estes jovens são maioritariamente oriundos do concelho da Póvoa de Lanhoso, muito embora, venham também de outros concelhos do distrito de Braga, assim como de concelhos e distritos limítrofes a este.

No que respeita a **Recursos Humanos**, houve ao longo do ano alguma variação, sobretudo no segundo semestre. Houve uma redução significativa e constante nos recursos humanos do quadro da escola, que advieram de baixas (umas temporárias, outras prolongadas) e algumas saídas por licenças sem vencimento ou mobilidade. Neste período, houve alguma dificuldade de gestão dos recursos humanos internos, devido ao aumento do absentismo dos trabalhadores, que por diversas razões tiveram muitas ausências. Contudo, e em

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

contrapartida, tornou-se imprescindível e considerável a necessidade do aumento de contratação para dar resposta à gestão e administração das AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular). Foram contratados quinze professores/técnicos e três empresas parceiras, para ministrar as referidas AEC, suprimindo as necessidades nas várias escolas dos dois agrupamentos de escolas da Póvoa de Lanhoso.

No exercício económico de 2023, o capital social cifra-se nos 20.000,00€ (vinte mil euros), detido a 100 % pelo Município da Póvoa de Lanhoso. O valor inscrito na conta de reservas legais obrigatórias – 10.933,65€ (dez mil novecentos e trinta e três euros e sessenta e cinco cêntimos), manteve-se igual aos exercícios anteriores, em conformidade com o que se encontra legalmente previsto para o efeito.

No capítulo dos Meios Financeiros Líquidos, a Escola Profissional do Alto Ave, E.M. apresenta um saldo bancário de caixa e depósitos bancários de 421.818,49€. Este saldo deve-se maioritariamente ao adiantamento do projeto do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), destinado ao Centro Tecnológico Especializado da Indústria (340.249,00€), que apesar de não ter iniciado a sua execução, devido a diversas questões processuais, tem esta verba cativa para o devido investimento.

Para além das contas de Depósitos à Ordem, a EPAVE dispõe de uma Conta Caucionada com um “plafond” de 200.000,00€ (duzentos mil euros). No ano de 2023, a conta foi utilizada em 152.000€, nos períodos de abril e de dezembro, face às dificuldades de tesouraria sentidas em abril e dezembro.

A rubrica de Gastos e Perdas de Financiamento, no valor 138,15€, representa o valor de juros da locação financeira, registando um decréscimo face ao ano de 2022, cujo valor foi de 650,76€, situação que se deve ao término do contrato em setembro de 2023 (Upgrade Servidos CT Nº 124019713).

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totalizam um saldo conjunto de 35.718,31€, registando-se um decréscimo de face a 2022, cujo valor foi de 174.712,26€. O decréscimo foi gerado pelos valores pagamentos a fornecedores, sendo o valor com maior representatividade o valor da renda do edifício “Dnª Isabel” ao Município, a vigorar desde Maio/2018.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

GASTOS

No capítulo de gastos do exercício, deve referir-se que os mesmos acompanham o crescimento económico da atividade:

Nº Turmas Ministradas	2021/2022	2022/2023	2023/2024
Cursos Profissionais	10	12	12



- Fornecimentos e Serviços Externos no montante de 358.856,17 €, registando-se um acréscimo 0,42 % face a 2022, cujo valor foi de 357.364,22 €. Nesta rubrica destaca-se as verbas destinadas a honorários – formadores que ministram a formação em regime de prestação de serviços, no valor de 111.194,46€; (2022 - 115.551,28€) verificando-se um decréscimo de 4%, e a verba referente a Rendas e Alugueres, devido ao contrato de arrendamento com o Município da Póvoa de Lanhoso, cifrado no valor anual de 120.000,00 €.



- Gastos com o Pessoal no montante de 708.547,44€, verificando-se um acréscimo de 5,68 % comparativamente com o ano de 2022, cujo valor ascendeu a 668.331,05€, justificado pela contratação de professores e técnicos que ministram as atividades de enriquecimento curricular – AEC's, e que no ano de 2023 englobou os anos letivos 2022-2023 e 2023-2024, no âmbito do contrato-programa celebrado com o Município. Deve-se ainda à atualização do salário mínimo nacional aprovado pelo Decreto-Lei nº85-A/2022, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023 no valor de 760€. Não houve atualizações do contrato coletivo de trabalho do ensino particular e cooperativo com efeitos em 2023.

O quadro abaixo evidencia o nº de colaboradores, pertencentes ao quadro de pessoal, estando divididos os colaboradores que exercem funções na sede da Escola e os contratados para exercer funções nos agrupamentos de escolas do concelho. Podemos verificar no quadro abaixo que 2 colaboradores cessaram funções sendo uma contratação para substituição de uma licença parental e uma licença sem vencimento que no ano de 2023 cessou o contrato. A entrada registada no mesmo quadro, deve-se à saída com licença sem vencimento, de uma docente da componente sociocultural (Português) que foi necessário assegurar através de contratação por substituição desta, que aconteceu exatamente no início do ano letivo 2023/2024.

A 31 de dezembro 2023 a EPAVE tem registado no seu quadro de pessoal 2 licenças sem vencimento e 1 um pedido de cedência de interesse público.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2023	Saídas	Entradas	Saldo Final 2023
Funcionários	33	2	1	32
Docentes AEC's	15	15	15	15

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2022	Saídas	Entradas	Saldo Final 2022
Funcionários	30		3	33
Docentes - AEC's	0		15	15

Antes
OK
J

- Outros Gastos - no exercício de 2023 verifica-se o valor de 253.297,02€, registando-se um acréscimo de 14,06 % face ao ano de 2022, em que o valor ascendeu a 217.675,04€. Nesta rubrica o que tem maior representação são os encargos assumidos com alunos, desde o seguro de acidentes pessoais escolares aos subsídios pagos, sendo que estes subsídios dizem respeito a alojamento, alimentação, transporte, bolsas de material de estudo e de profissionalização, e que representam um encargo em 2023 de 249.551,11€. Em 2022, o valor foi de 210.689,42€, acompanhando o acréscimo da atividade, tendo um aumento de 18,45 %.

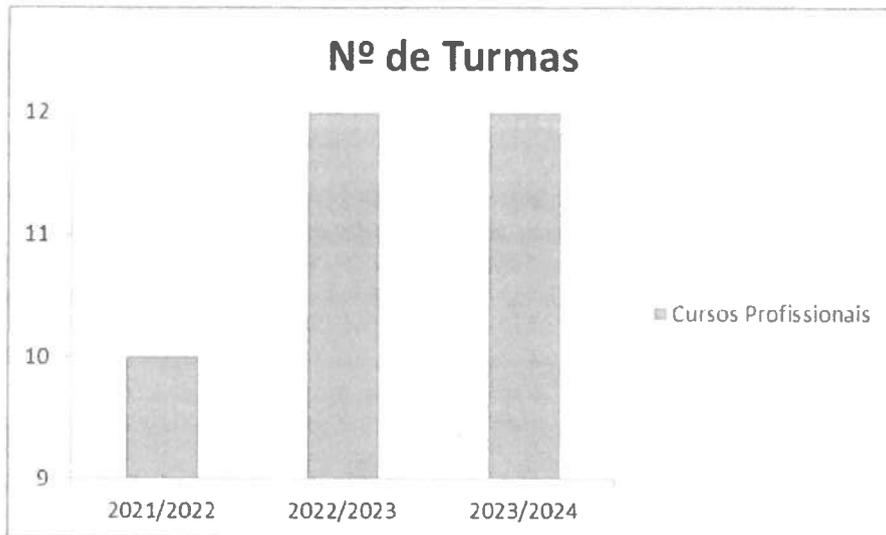
- Gastos de Depreciação e Amortização, no exercício de 2023 foram imputados 45.893,65€, verificando-se um decréscimo de 3 %, em comparação com o ano 2022 cujo valor foi de 47.302,32€. Com o reconhecimento do rendimento resultante de subsídios ao investimento, apenas é suportado pela formação um gasto com amortizações líquido, de 9.836,37€. No ano de 2022, o valor era de 11.245,03€.

RENDIMENTOS

A receita da EPAVE limita-se ao financiamento assegurado pelo Fundo Social Europeu / Município da Póvoa de Lanhoso, dada a atividade que exerce - Formação Profissional, tutelada pelo Ministério da Educação. Este financiamento destina-se a assegurar a totalidade dos gastos de funcionamento e gestão da escola.

O aumento da atividade da EPAVE, devido ao aumento do número de turmas financiadas, reflete um acréscimo nos financiamentos aprovados. Assim, o rendimento em 2023 de 1.372.059,66€, evidenciando um acréscimo 10,04 %, face a 2022, em que se registou o valor de 1.234.303,00€,

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023



António
R

A oscilação da atividade da EPAVE é confirmada pelo número de turmas que a escola tem conseguido aprovar junto do Ministério da Educação. No presente ano letivo, 2023-2024, a EPAVE conseguiu manter o número de turmas igual ao ano letivo anterior. Neste momento, existem 12 turmas em funcionamento.

O acréscimo da atividade verifica-se ainda, pelo contrato-programa que o Município da Póvoa de Lanhoso assinou com a EPAVE, no sentido, de delegar as competências de gestão e execução das Atividades de Enriquecimento Curricular nos agrupamentos de escolas do concelho. O contrato-programa assume os encargos com as Atividades de Enriquecimento Curricular, desde o ano letivo de 2022-2023. Há um acréscimo evidenciado face ao exercício de 2022, já que este contrato-programa em 2022 decorreu de setembro a julho, de igual forma acontece com o contrato-programa em 2023.

No capítulo dos outros rendimentos do exercício referimos:

- Outros rendimentos, com um saldo de 62.475,09€ verificando-se um acréscimo de 3,1% face a 2022, cujo valor foi de 60.546,69€. Estes refletem essencialmente o reconhecimento de rendimento destinado à compensação de gastos com amortizações de ativos, cuja aquisição foi alvo de subsídios ao investimento (no valor 36.057,28€). Acrescem ainda os rendimentos de atividades conexas à formação, nomeadamente os relacionados com o serviço de bar e serviços de apoio a formandos, cujo montante, em 2023, ascende a 18.731,39€ (em 2022 este montante ascendeu a

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

18.752,63€). Integraram ainda os outros rendimentos, a comissão da máquina de *vending* no valor de 813,01€ e evento segurável com uma inundação e um ato de vandalismo no valor de 5.445,00€, juros de depósitos à ordem de 83,43.

No ano de 2023, poderemos destacar, ao nível do desenvolvimento das ações, os seguintes dados

- **Funcionamento e gestão das ações no âmbito dos Cursos Profissional financiados pelo Fundo Social Europeu**

De referir que o financiamento do ano letivo 2023-2024, o financiamento para as ações aprovadas pelo Ministério da Educação, ainda não aconteceram devido aos atrasos do novo quadro comunitário, PORTUGAL2030. O aviso de abertura de candidatura para os cursos profissionais decorreu no mês de abril de 2024, motivo pelo qual a EPAVE se viu obrigada a efetuar um pedido de prorrogação do prazo de prestação de contas, dada a inexistência de Termo de Aceitação assinado, que é condição obrigatória para apresentar ao Tribunal de Contas.

A metodologia de financiamento mantém-se baseada no método de custos unitários. Assim, obedece-se a uma gestão mais rigorosa, pela aplicação de valores fixos, condicionando no entanto o orçamento, na medida em que dificulta a correção de gastos pontuais.

No ano letivo 2023-2024, a EPAVE conseguiu disponibilizar à comunidade três novas turmas para os Cursos Técnicos Profissionais, mantendo assim 12 turmas no ano de 2023.

A saber:

- ✓ **Curso Técnico de Mecatrónica Automóvel** - 4 turmas em funcionamento;
- ✓ **Curso Técnico de Cabeleireiro** - 3 turmas em funcionamento;
- ✓ **Curso Técnico de Manutenção Industrial – variante Mecatrónica** - 1 turma em funcionamento;
- ✓ **Curso Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores** - 3 turmas em funcionamento;
- ✓ **Curso Técnico de Instalações Elétricas** - 1 turma em funcionamento.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

• Plano Anual de Atividades (PAA)

O Plano Anual de Atividade (PAA) é o documento que agrega as várias atividades propostas por toda a comunidade escolar e também alguns *stakeholders* externos. É aprovado em conselho pedagógico e de administração, carecendo de disponibilidade orçamental para a sua execução. Num trabalho, muitas vezes interdisciplinar e transdisciplinar, pode ter ainda a participação do Serviço de Psicologia e Orientação, do SIPRAVE (Serviço de Inserção Profissional do Alto Ave) e dos trabalhadores não docentes. Pretende-se que toda a comunidade educativa participe nas propostas, assim como na execução durante o ano letivo. Para além das propostas aprovadas no PAA, fica ainda a ressalva para análise pedagógica e financeira, da complementaridade que novas propostas podem trazer ao logo do ano letivo, uma vez que vão surgindo e através de vários proponentes. Estas atividades são consideradas atividades extra PAA.

António
De
/

Aproveitando as sinergias dos vários *stakeholders* ao longo do ano em análise, a EPAVE teve oportunidade de proporcionar/desenvolver diversas atividades. No quadro abaixo verificamos que das 68 atividades planeadas foram executadas 52, verificando-se uma percentagem de execução de 76,5 %.

ATIVIDADES EXECUTADAS PAA			
ATIVIDADES PLANEADAS: 68	ATIVIDADES STAKEHOLDERS INTERNOS	ATIVIDADES STAKEHOLDERS EXTERNOS	Σ EXECUÇÃO PAA
Nº ATIVIDADES	47	5	52
% DAS PLANEADAS	69,1	7,4	76,5
% EXECUÇÃO	90,4	9,6	

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Evolução Previsível da Sociedade

O histórico das candidaturas aprovadas no âmbito do Quadro Comunitário de apoio para o período de 2014-2020 - PORTUGAL2020, que assumiu candidaturas até ao ano letivo de 2022-2023, permitiu que a EPAVE encarasse com satisfação a prossecução dos seus objetivos, uma vez que a medida POCH – Programa Operacional do Capital Humano, que tem por base Promoção do Sucesso Educativo, combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens, a EPAVE obteve um grau de execução financeira dos projetos de 88%.

António
De
J

Operação - Quadro Comunitário Portugal 2020	Custo Total Solicitado	Despesa pública executada	% de execução do Projeto
POCH-01-55H8-FSE-000572	1.345.828,33 €	1.236.824,89 €	92%
POCH-01-5266-FSE-001446	144.080,81 €	129.110,39 €	90%
POCH-01-5571-FSE-002010	900.144,20 €	730.941,47 €	81%
POCH-01-55H8-FSE-000070	1.152.016,60 €	1.028.356,49 €	89%
POCH-01-5266-FSE-000813	149.593,94 €	116.954,95 €	78%
POCH-04-5267-FSE-000171	20.715,00 €	20.715,00 €	100%
POCH-01-5571-FSE-000002	1.609.691,24 €	1.600.337,30 €	99%
POCH-01-5571-FSE-001023	2.126.355,93 €	1.854.381,99 €	87%
POCH-01-5571-FSE-001573	1.474.823,96 €	1.264.667,95 €	86%
POCH-01-5266-FSE-000288	211.722,22 €	108.970,44 €	51%
POCH-01-5571-FSE-003069	1.166.237,22 €	977.185,55 €	84%
POCH-01-5571-FSE-002548	373.657,94 €	328.240,40 €	88%
POCH-01-5266-FSE-000715	92.097,76 €	72.549,96 €	79%
PORTUGAL 2020	10.766.965,15 €	9.469.236,78 €	88%

INDICADORES CONTRATO-PROGRAMA CPN

Os objetivos e ações a prosseguir no âmbito do Contrato-Programa da Contrapartida Pública Nacional tem definido os indicadores “Financeiros e Organizacionais”.

A EPAVE cumpriu os rácios previstos na cláusula 4.ª do referido Contrato- Programa conforme se verifica no quadro abaixo.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Financeiros e Organizacionais:	Contratualizados 2023	Resultado 2023
Rácio: Gastos com Pessoal e com Formadores / Total dos Rendimentos	$\leq 70\%$	59,75%
Rácio: Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBIT DA) / Total dos Rendimentos	$\geq 3\%$	8,33%
Rácio: Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis / Ativo Líquido Total	$\geq 25\%$	28,92%

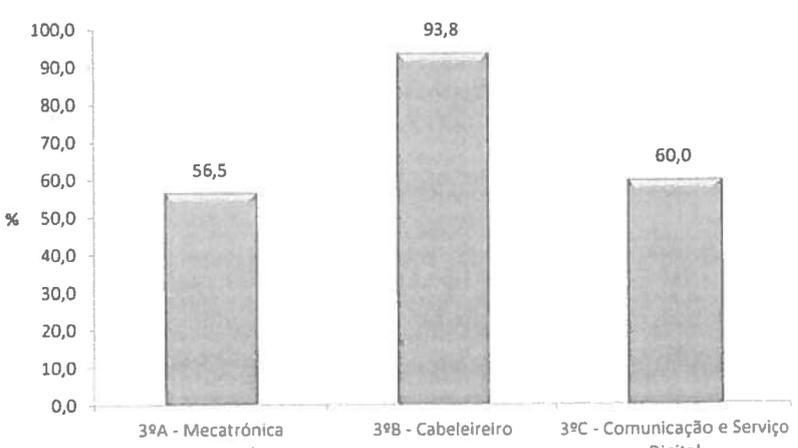
A EPAVE obteve a renovação do selo de certificação EQAVET para 3 anos em 17 de janeiro de 2024. A auditoria decorreu no anterior mês de novembro de 2023.

O EQAVET (acrónimo de *European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training*, em português Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional), é o instrumento de referência para promover e monitorizar o aperfeiçoamento dos sistemas europeus de ensino e formação profissional.

O EQAVET salienta o papel de uma cultura da melhoria da qualidade e da responsabilidade ao nível dos sistemas e dos operadores EFP.



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

TAXA DE CONCLUSÃO TRIÊNIO	<p>Taxa de Conclusão dos Finalistas:</p> <p>2019/2022: 94,12%</p> <p>2020/2023: 94,8 ↑</p> <p>≠</p> <p>Taxa de Conclusão nº de alunos à entrada*:</p> <p>2019/2022: 71,4%</p> <p>2020/2023: 68,52% ↓</p> <p>*Este indicador depende da Taxa de Abandono Escolar</p> <p style="text-align: center;">Taxa de Conclusão, por curso profissional</p> 				
MÉDIA GERAL	<p>2021/2022: 13,4 valores</p> <p>2022/2023: 12,9 valores ↓</p> <p>2023/2024: 40 alunos/as abrangidos/as pelo DL54/2018: 20% alunos/as têm medidas seletivas e 1% de medidas adicionais.</p>				
COLOCAÇÃO DOS DIPLOMADOS Dados obtidos 2 meses após a formação	<p>Taxa de Colocação Triénio 2019/2022: 54,3%</p> <p>Taxa de Colocação Triénio 2020/2023: 70,3% ↑</p>				
TAXA DE COLOCAÇÃO TRIÊNIO 2020/2023					
Situação	3ªA - Cabeleireiro	3ªB - Mecatrónica Automóvel	3ªC - Comunicação e Serviço Digital	% Média	% obtidas em 2019/2022
EMPREGADOS	53,3	69,2	22,2	51,4 ↑	41,3
DESEMPREGADOS	40,0	23,1	22,2	29,7 ↓	41,3
ENSINO SUPERIOR	6,7	7,7	55,6	18,9 ↑	13

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

SEM CONTACTO	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3
---------------------	-----	-----	-----	-----	-----

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Após 31 de Dezembro de 2023 e até à presente data, verificou-se o seguinte facto que afetou direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da escola, nomeadamente o atraso na candidatura para o ano letivo em curso (2023-2024). A candidatura com aviso nº PESSOAS-2024-5 com data de abertura 04 de março de 2024, tendo sido submetido em 19 abril de 2024. A análise às candidaturas, tem um período limite de 60 dias, seguindo-se a assinatura do Termo de Aceitação, situação que vincula para o reconhecimento do subsídio, conforme o disposto no Normativo Contabilístico da Administração Pública SNC-AP, NCP14 – Rendimentos de transações sem contraprestação, permitindo refletir nas contas da escola, a estimativa de rendimento correspondente à candidatura (setembro a dezembro) do exercício de 2023.

Assinatura
[assinatura]
[assinatura]

Uma vez que à data de apresentação/aprovação das demonstrações financeiras não tinha sido ainda emitida qualquer aprovação da candidatura, a EPAVE viu-se obrigada a solicitar ao Tribunal de Contas um pedido de prorrogação do prazo para prestação de contas do exercício de 2023, que teve despacho favorável (referência nº DADI/Proc. n.º 298/2024).

OBJETIVOS E POLÍTICAS DA ESCOLA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

● **Risco Financeiro**

A EPAVE, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros, resulta do desenrolar da sua atividade e induz a incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da instituição, denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez, é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo, detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023

O Plano de Atividades e Orçamento de 2023, aprovado em novembro de 2022 apresentava um montante de receita total de 1.701.694,16€ e um montante total de despesa de 1.694.147,24€.

Durante o ano de 2023 o orçamento aprovado teve alterações de natureza permutativas, entre reforço por via de recebimentos do CTE e anulações entre rubricas, bem como anulação de rubricas que não foram executadas.

As alterações foram vertidas em relatório de execução orçamental dos trimestres ao longo do ano de 2023. Assim, os montantes do orçamento retificado, tem uma receita no total de 2.246.692,97€ e um montante de despesa total de 2.246.396,28€.

Relativamente à execução da receita cobrada líquida, esta ascendeu a 1.988.271,75€, o equivalente a uma percentagem de execução de 88 % em face à receita total aprovada. A despesa paga líquida foi realizada no montante de 1.568.995,63€, evidenciando uma percentagem de execução de 70 % em face da despesa total aprovada.

O saldo de tesouraria apresentado reflete o adiantamento recebido do Projeto ao Centro Tecnológico Especializado.

	Aprovação com Alterações Orçamentais (1)	Recebimentos / Pagamentos (3)	% de execução receb /Pag (3)/(2)
Receita efetiva	1.967.692,97	1.836.271,75	93%
Receita não efetiva	279.000,00	152.000,00	54%
Receita Total	2.246.692,97	1.988.271,75	88%
Despesa efetiva	- 1.967.396,28	- 1.489.995,63	76%
Despesa não efetiva	- 279.000,00	- 79.000,00	28%
Despesa Total	- 2.246.396,28	- 1.568.995,63	70%
Receita - Despesa	296,69	419.276,12	
Rec - Desp Efetiva	296,69	419.276,12	

De referir que nos termos do previsto na Norma de Contabilidade Pública 26, a receita e a despesa não efetiva, correspondem, respetivamente, às quantias recebidas de ativos e

Antares
l
PA

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

passivos financeiros, e às quantias pagas de ativos e passivos financeiros utilizados no ano de 2023.

CONTABILIDADE DE GESTÃO

De acordo com a Norma de Contabilidade Pública N.º 27 – Contabilidade de Gestão existe um conjunto de informação a divulgar no Relatório de Gestão. A EPAVE implementou no seu processo contabilístico informação por centros de custo associados aos projetos e atividades exercidas. Assim, em função do referido no parágrafo 34 da NCP 27, divulga-se a informação correspondente aos projetos que vigoraram durante o ano de 2023.

A atividade de formação profissional exercida pela EPAVE e que vigorou durante o exercício de 2023 relaciona-se com dois projetos do Portugal2020 e PESSOAS 2030.

- PROJETO ANO LETIVO DE 2022-2023 - POCH-01-55H6-FSE-000572

No quadro abaixo pode-se verificar os valores aprovados no projeto de 2022-2023, o valor aprovado e a sua execução no exercício de 2023.

Financiamento Aprovado	Anos		Total Aprovado	Valor Executado SaldoFinal-2023	% Execução
	2022	2023			
POCH-01-55H6-FSE-000572	42.796,43 €	1.240.853,34 €	1.283.649,77 €	1.236.824,89 €	96,35%
Contribuição Fundo - 85%	36.376,97 €	1.054.725,34 €	1.091.102,30 €	1.051.301,16 €	96,35%
Contribuição Pública Nacional - 15%	6.419,46 €	186.128,00 €	192.547,47 €	185.523,73 €	96,35%

POCH-01-55H6-FSE-000572	Total Previsto Aprovado (1)	Acumulado Executado	% realização face ao aprovado
Nº de Turmas	12	12	100,00%
Nº de Formandos	188	193	102,66%
Nº de Horas ministradas	13.312	12.782	96,02%
Volume de Formação	209.433	186.473	89,04%

Os quadros acima refletem-se os valores aprovados, valores executados e a sua execução em saldo final que ascendendo este a 96 %. Verifica-se também a aprovação e execução do número de turmas, formandos, horas ministradas e volume de formação no ano letivo 2022-2023.

Assim, em termos de Demonstração de Resultados do projeto, no exercício de 2023, evidencia-se os rendimentos e gastos por rubricas/ Centro de Custos.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Código	Demonstrações Financeiras - Demonstração de Resultados	Centro de Custos 12 Projeto POCH-01- 55H8-FSE - 000572
DR04	Transferências e subsídios correntes obtidos	795 439,23
DR09	Fornecimentos e serviços externos	- 192 211,81
DR10	Gastos com pessoal	- 356 005,07
DR15	Provisões (aumentos/reduções)	
DR16	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	
DR17	Aumentos/reduções de justo valor	-
DR18	Outros rendimentos	1 115,00
DR19	Outros gastos	- 158 108,44
	Resultados Antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	90.228,91 €
DR20	Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 4.595,02
	Resultados operacionais	85.633,89 €

António
[Signature]
[Signature]

- PROJETO ANO LETIVO DE 2023-2024 - PESSOAS-FSE+-01103800

O projeto do ano letivo de 2023-2024. No quadro abaixo pode-se verificar os valores aprovados em candidatura:

Financiamento Aprovado	2023/2024
PESSOAS-FSE+-01103800	1.385.441,96 €
Contribuição Fundo - 85%	1.177.625,67 €
Contribuição Pública Nacional - 15%	207.816,29 €

Programa:	POCH	Tipologia do Projecto	
Nº Projecto	PESSOAS-FSE+-01103800	Período realização prevista:	
Formandos Aprovados:	207	Data início	01-09-2023
Horas Aprovadas:	13.755	Data de fim	31-08-2024
Volume de Formação Aprovado:	235.043	Período máximo realização	

Assim, em termos de Demonstração de Resultados do projeto no exercício de 2023, evidenciam-se os rendimentos e gastos por rubricas/ Centro de Custos.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Código Demonstrações Financeiras - Demonstração de Resultados		Centro de Custos 16 - Projeto PESSOAS-FSE+- 01103800
DR04	Transferências e subsídios correntes obtidos	425.412,52
DR09	Fornecimentos e serviços externos	- 103.012,20
DR10	Gastos com pessoal	- 267.028,39
DR15	Provisões (aumentos/reduções)	
DR16	Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	
DR17	Aumentos/reduções de justo valor	513,18
DR18	Outros rendimentos	-
DR19	Outros gastos	- 86.221,50
	Resultados Antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	- 30.336,39 €
DR20	Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 5.175,91
	Resultados operacionais	- 35.512,30 €

Anturb
ES
L

● PROJETO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

O Município da Póvoa de Lanhoso celebrou com a EPAVE um contrato-programa, no sentido, de delegar as competências de gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular. Prestar um serviço de qualidade aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas do concelho, no que respeita ao desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, é um objetivo comum para a EPAVE e para o Município, pelo que, a EPAVE assumiu as competências de gestão financeira/administrativa/logística e de recursos humanos, fazendo desde logo, com que tenha que contratar os professores e técnicos necessários, assim como a compra e entrega de materiais necessários para o exercício das atividades de enriquecimento curricular. Só após a emissão da fatura e o pagamento dos respetivos encargos inerentes a este serviço é que o Município reembolsa a EPAVE, tendo contudo, iniciado o ano letivo com um valor de adiantamento de 10.000,00€.

Conforme se pode verificar, na informação relativa ao quadro de pessoal, há referência separada no que se refere ao número de contratações para a execução deste contrato-programa. Os gastos imputados no exercício de 2023 a esta atividade, prendem-se com os encargos diretos tidos com os docentes e outros técnicos que ministram as horas de formação das AEC's, os encargos indiretos e os materiais necessários para as atividades. Em termos de

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Demonstração de Resultados da atividade no exercício de 2023, evidencia-se os rendimentos e os gastos por rubricas/ Centro de Custos, percebendo-se que abrange partes dos 2 anos letivos.

Código	Demonstrações Financeiras - Demonstração de Resultados	Centro de Custos 13 - Contrato Programa AECs
DR04	Transferências e subsídios correntes obtidos	89 075,90
DR09	Fornecimentos e serviços externos	- 3 696,43
DR10	Gastos com pessoal	- 83 623,98
	Resultados Antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 755,49 €
DR20	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-
	Resultados operacionais	1 755,49 €


 Antunes


- PROJETO ERASMUS+ - ESTÁGIOS NA COMUNIDADE EUROPEIA

No exercício de 2023, a EPAVE finalizou a execução de um projeto que vigorou em 2022 e 2023. No projeto executaram-se 100% das mobilidades aprovadas, que correspondem a 32 mobilidades.

Assim, em termos de Demonstração de Resultados do projeto no exercício de 2023, evidencia-se os rendimentos e gastos por rubricas/ Centro de Custos.

Código	Demonstrações Financeiras - Demonstração de Resultados	Centro de Custos 30 - Projetos ERASMUS+
DR04	Transferências e subsídios correntes obtidos	62 132,00
DR09	Fornecimentos e serviços externos	- 44 030,95
DR10	Gastos com pessoal	- 1 890,00
DR19	Outros gastos	- 8 800,00
	Resultados Antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7 411,05 €
DR20	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-
	Resultados operacionais	7 411,05 €

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

• ATIVIDADE CONEXAS – SERVIÇO DE BAR E REPROGRAFIA

A atividade do Bar e Reprografia é considerada com enquadramento de isenção de IVA pelo artigo 9º do CIVA, como uma atividade conexas com a formação profissional. Neste sentido, a imputação é em função dos rendimentos e dos gastos efetivos. Assim, em termos de Demonstração de Resultados do projeto no exercício de 2023, evidencia-se os rendimentos e gastos por rubricas/ Centro de Custos.

Código	Demonstrações Financeiras - Demonstração de Resultados	Centro de Custo 40 - Atividade Conexas Com a Formação
DR04	Transferências e subsídios correntes obtidos	-
DR09	Fornecimentos e serviços externos	11 376,14
DR18	Outros rendimentos	17 512,08
DR19	Outros gastos	-
	Resultados Antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6 135,94 €
DR20	Gastos/reversões de depreciação e amortização	65,44
	Resultados operacionais	6 070,50 €

• Atividades residuais

Este centro de custos engloba rendimentos e gastos como as depreciações que foram objeto de subsídios ao investimento, o projeto “partilha com energia” que se autofinancia, os rendimentos de eventos seguráveis e gastos bancários, estes últimos não elegíveis para efeitos de financiamento.

Código	Demonstrações Financeiras - Demonstração de Resultados	Centros de Custos - Residuais
DR09	Fornecimentos e serviços externos	15 904,78
DR18	Outros rendimentos	61 360,09
DR19	Outros gastos	167,08
	Resultados Antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	45 288,24 €
DR20	Gastos/reversões de depreciação e amortização	36 122,72
	Resultados operacionais	9 165,52 €

Assim, a EPAVE é uma entidade de interesse geral cuja atividade económica se enquadra nos “Cursos Profissional”, por via de homologação da tutela do Ministério da Educação,

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

autorização de funcionamento, que nos torna como entidade elegível para candidaturas ao Fundo Social Europeu.

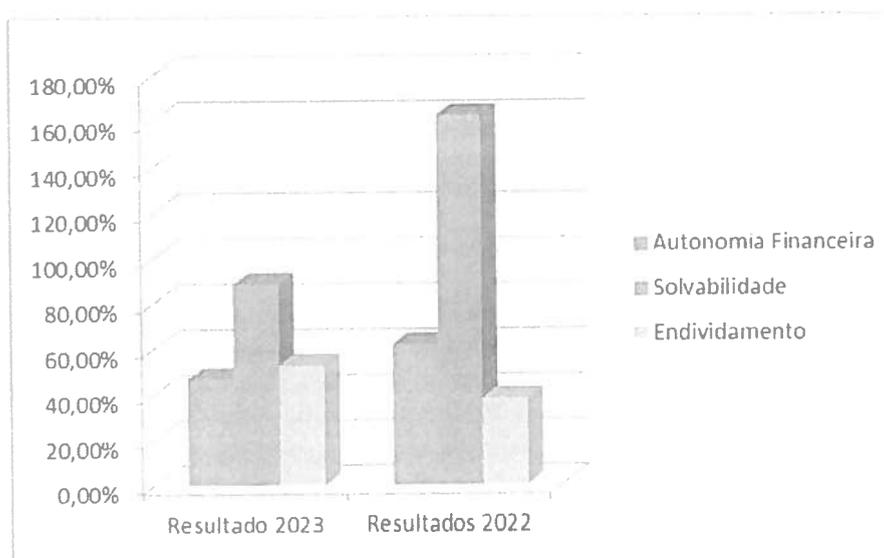
No mapa de reporte abaixo, evidencia os projetos em curso no exercício de 2023.

Análise Centro de Custos	Total de Gastos	Total de Rendimento	Resultado Centro Custos
Centro de Custos 12 - Projeto POCH-01-55H8- FSE - 000572	- 710 920,34 €	796 554,23 €	85 633,89 €
Centro de Custos 16 - Projeto PESSOAS-FSE+01103800	- 461 438,00 €	425 925,70 €	35 512,30 €
Centro de Custos 13 - Contrato Programa AECs	- 87 320,41 €	89 075,90 €	1 755,49 €
Centro de Custos 30 - Projetos ERASMUS+	- 54 720,95 €	62 132,00 €	7 411,05 €
Centro de Custos 40 - Atividade Conexa Com a Formação	- 11 441,58 €	17.512,08 €	6 070,50 €
Centros de Custos - Residuais	- 40.891,15 €	43.848,02 €	2 956,87 €
Totais	-1.366.732,43 €	1.435.047,93 €	68.315,50 €

R
António
A

RÁCIOS DE TENDÊNCIAS DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO

Rácios Financeiros e Organizacionais:	Resultado 2023	Resultados 2022
Autonomia Financeira	47,02%	61,91%
Solvabilidade	88,74%	162,55%
Endividamento	52,98%	38,09%



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Cumpridos os requisitos legais relativos à constituição de reservas legais e à salvaguarda do capital da EPAVE, em conformidade com a legislação aplicável, propõe-se ao sócio que o resultado líquido positivo de 53.990,65€, seja transferido para a rubrica de resultados transitados de forma a permitir o autofinanciamento.

Póvoa de Lanhoso, 30 de agosto de 2024

O ÓRGÃO DE GESTÃO

Paula Cristina de Sousa Antunes

Paula Cristina de Sousa Antunes (Presidente)

Maria de Fátima Duarte V. Moreira

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira (Vogal)

Cândido da Silva Mendes

Cândido da Silva Mendes (Vogal)

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

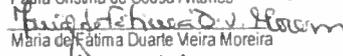
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

R
Antunes
J.
f

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

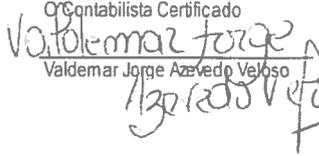
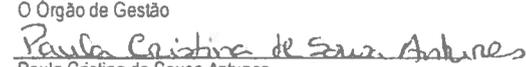
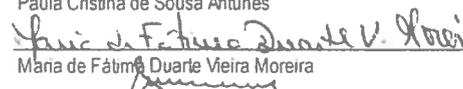
Demonstração dos Resultados por Naturezas do exercício

U\$

		(Montantes expressos em euros)		
		Notas	2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS				
DR04	Transferências Correntes e Subsídios à exploração obtidos	14	1.372.059,66	1.234.303,00
DR09	Fornecimentos e serviços externos	23	- 358.856,17	- 357.364,22
DR10	Gastos com o pessoal	19	- 708.547,44	- 668.331,05
DR17	Aumento/Redução do Justo Valor		513,18	- 658,90
DR18	Outros rendimentos	23	62.475,09	60.546,69
DR19	Outros gastos	18	- 253.297,02	- 217.675,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)			114.347,30	50.820,48
DR20	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/5	- 45.893,65	- 47.302,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)			68.453,65	3.518,16
DR23	Juros e gastos similares suportados	7	- 138,15	- 650,76
Resultado antes de impostos (EBT)			68.315,50	2.867,40
DR24	Imposto sobre o rendimento	18	- 14.324,85	- 602,15
Resultado líquido do período			53.990,65	2.265,25
O anexo faz parte integrante das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023				
 Contabilista Certificado Valdemar Jorge Azevedo Veloso		 Órgão de Gestão Paula Cristina de Sousa Antunes  Maria de Fátima Duarte Meira Moreira  Cândido da Silva Mendes		
Póvoa de Lanhoso, 30 de agosto de 2024				

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Balanço em 31 de dezembro de 2023.

		(Montantes expressos em euros)		
ATIVO		Notas	31 Dezembro 2023	31 Dezembro 2022
ATIVO NÃO CORRENTE:				
B01	Ativos fixos tangíveis	5	364.534,15	404.172,18
B02	Ativos intangíveis	3	0,00	83,72
B09	Outros Ativos Financeiros		8.627,12	7.544,19
Total do ativo não corrente			373.161,27	411.800,09
ATIVO CORRENTE:				
B15	Devedores por Transferencia e Subsídios(POCH+CPN)	14	6,82	30,00
B16	Estado e outros entes públicos	18	0,00	3.059,56
B18	Outras contas a receber	18	488.647,97	527.479,91
B19	Diferimentos (Gastos a reconhecer)		6.518,15	5.891,25
B23	Caixa e depósitos bancários	1	421.818,49	2.542,36
Total do ativo corrente			916.991,43	539.003,08
Total do ativo			1.290.152,70	950.803,17
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO				
PATRIMÓNIO LÍQUIDO :				
B24	Património / Capital	18	20.000,00	20.000,00
B28	Reservas	18	10.933,65	10.933,65
B29	Resultados transitados	18	234.469,08	232.203,83
B32	Outras Variações Património Líquido	14/18	287.204,24	323.261,52
			552.606,97	586.399,00
B33	Resultado líquido do período		53.990,65	2.265,25
Total do Património Líquido			606.597,62	588.664,25
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Total do passivo não corrente			0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE:				
B44	Fornecedores	18	4.293,44	129.317,42
B45	Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes (POCH + CPN)	14/18	452.940,20	56.330,92
B46	Estado e outros entes públicos	18	31.424,87	45.394,84
B48	Financiamentos obtidos	6	73.000,00	2.692,27
B50	Outras contas a pagar	18	121.896,57	128.403,47
Total do passivo corrente			683.555,08	362.138,92
Total do passivo			683.555,08	362.138,92
Total do Património Líquido e do Passivo			1.290.152,70	950.803,17
<p>O anexo faz parte integrante das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023</p>				
O Contabilista Certificado		O Órgão de Gestão		
				
Valdemar Jorge Azevedo Veloso		Paula Cristina de Sousa Antunes		
				
Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira		Cândido da Silva Mendes		
Póvoa de Lanhoso, 30 de agosto de 2024				

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023
Demonstração das alterações no Património Líquido
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
NO PERÍODO 2023**

							(Montantes expressos em euros)
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição no início do período 2023	18	20 000,00	10 933,65	232 203,83	323 261,52	2 265,25	588 664,25
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas no património líquido:							
Imputação de Subsídios ao Investimento	18				(36 057,28)		(36 057,28)
Aplicação de Resultado do exercício anterior	18			2.265,25		(2.265,25)	
		<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>234 469,08</u>	<u>287 204,24</u>	<u>-</u>	<u>552 606,97</u>
Resultado líquido do período						53 990,65	53 990,65
Resultado integral						53 990,65	53 990,65
Posição no fim do período 2023		<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>234 469,08</u>	<u>287 204,24</u>	<u>53 990,65</u>	<u>606 597,62</u>
O Contabilista Certificado				O Órgão de Gestão			
Valdemar Jorge Azevedo Veloso				Paula Cristina de Sousa Antunes			
				Maria de Fátima Duarte Veira Moreira			
Póvoa de Lanhoso, 30 de agosto de 2024				Cândido da Silva Mendes			

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
NO PERÍODO 2022**

							(Montantes expressos em euros)
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição no início do período 2022	18	20 000,00	10 933,65	210 429,35	359 318,80	21 774,48	622 456,28
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas no património líquido:							
Imputação de Subsídios ao Investimento	18				(36 057,28)		(36 057,28)
Aplicação de Resultado do exercício anterior	18			21 774,48		(21 774,48)	(0,00)
		<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>232 203,83</u>	<u>323 261,52</u>	<u>(0,00)</u>	<u>586 399,00</u>
Resultado líquido do período						2 265,25	2 265,25
Resultado integral						2 265,25	2 265,25
Posição no fim do período 2022		<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>232 203,83</u>	<u>323 261,52</u>	<u>2 265,25</u>	<u>588 664,25</u>
O Contabilista Certificado				O Órgão de Gestão			
Valdemar Jorge Azevedo Veloso				Paula Cristina de Sousa Antunes			
				Maria de Fátima Duarte Veira Moreira			
Póvoa de Lanhoso, 31 de Março de 2024				Cândido da Silva Mendes			

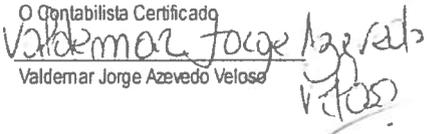
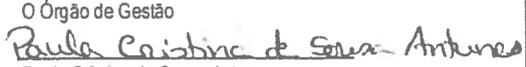
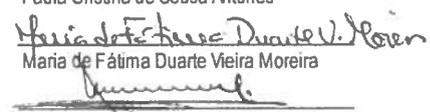
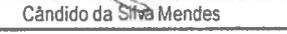
Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	(Montantes expressos em euros)	
		2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes / Subsídios à Exploração POCH	13/14	1.806.209,15	1.029.591,11
Pagamentos a fornecedores e formandos		-608.614,99	-301.297,25
Pagamentos ao pessoal	19	-738.160,17	-657.398,88
Pagamentos ao pessoal Prestadores de Serviços		-126.003,09	-125.613,67
Caixa gerada pelas operações		333.430,90	-54.718,69
Outros recebimentos / pagamentos		30.062,61	-6.336,27
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.537,12	12.411,99
Fluxos das actividades operacionais [1]		360.956,39	-48.642,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-14.351,77	-5.205,70
		-14.351,77	-5.205,70
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos das actividades de investimento [2]		-14.351,77	-5.205,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		152.000,00	
		152.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-79.000,00	
Juros e gastos similares	7	-328,49	-374,02
		-79.328,49	-374,02
Fluxos das actividades de financiamento [3]		72.671,51	-374,02
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		419.276,13	-54.222,69
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.542,36	56.765,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		421.818,49	2.542,36

António
Q
✓

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

	2023	2022
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período		
Equivalente e caixa no início do período	2.542,36	56.765,05
= Saldo da gestão anterior	2.542,36	56.765,05
De execução orçamental	2.542,36	56.765,05
De operações de tesouraria		
Caixa e seus equivalentes no fim do período		
Equivalente e caixa no fim do período	421.818,49	2.542,36
= Saldo da gestão seguinte	421.818,49	2.542,36
De execução orçamental	421.818,49	2.542,36
De operações de tesouraria		
O anexo faz parte integrante das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023		
O Contabilista Certificado	O Órgão de Gestão	
		
Valdemar Jorge Azevedo Veloso	Paula Cristina de Sousa Antunes	
		
	Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira	
		
	Cândido da Silva Mendes	
Póvoa de Lanhoso, 30 de agosto de 2024		

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este anexo é preparado com base nas demonstrações financeiras de 2023, em conformidade com o SNC-AP.

(Montantes expressos em euros)

As Notas 4, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 21 e 22 em conformidade com o normativo, no entanto, não são aplicáveis à entidade.

I- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 – Identificação da entidade, período de relato.

A EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave é uma Empresa Municipal, classificada como EPR (Empresa Pública Reclassificada), entidade de direito privado, controlada pelo Município da Póvoa de Lanhoso, detida a 100%, sediada na Avenida da República da Póvoa de Lanhoso, foi constituída em 1999 em aplicação pelo Decreto-Lei Nº 4/98 alterado pelo Decreto-Lei Nº 92/2014, e tem a sua sede social em Av. Bombeiros Voluntários Nº 238, 4830-514 Póvoa de Lanhoso.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Órgão de Gestão*, na reunião de 30 de agosto de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alínea c) do nº1 do artigo 25º da Lei 50/2012. As Contas podem ser obtidas na sede do Município da Póvoa de Lanhoso, na Avenida da República.

O *Órgão de Gestão* entende que estas demonstrações financeiras referentes ao período contabilístico de 2023 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da escola, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua

RA
António
/.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

redação atual e de acordo com a estrutura conceptual da informação financeira pública, normas de contabilidade pública e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis, designadamente a norma de contabilidade pública – pequenas entidades (NCP-PE) no exercício findo em 31 de dezembro 2023.

António
R
e

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade		Montante bruto	Perdas por imparidade	
		acumuladas	Montante liquido		acumuladas	Montante liquido
Disponibilidades						
Caixa	1 346,06		1 346,06	906,94		906,94
Depósitos Bancários	420 472,43		420 472,43	1 635,42		1 635,42
CGD - Caixa Geral de Depósitos	701,48		701,48	28,10		28,10
Novo Banco - Financiamento	419 770,95		419 770,95	1 607,32		1 607,32
	421 818,49	-	421 818,49	2 542,36	-	2 542,36

2- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, são as seguintes:

2.1. Bases de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da escola, de acordo com as Normas Contabilísticas Públicas e de Relato Financeiro vigentes em Portugal no exercício de 2023.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o gastos de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	20
Equipamento Básico	5-20
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	4-10
Ferramentas e Utensílios	3-6

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Handwritten signatures and initials:
A
António
f.
/

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

2.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

2.2.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras, sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

2.2.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a escola se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

Handwritten signatures and initials:
A
António
+

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Os ativos e os passivos financeiros seguintes são mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, quando este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

2.2.6. Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

2.2.7. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A instituição desreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

2.2.8. Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os subsídios ao FSE+ e CMPVL (Contratos-Programa) apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Com o início do quadro comunitário Portugal 2030 a vigorar entre 2021 – 2029 o aviso de candidatura para o projeto do ano letivo de 2023-2024 teve início em março de 2024, e foi submetido a 19 de abril de 2024, no entanto, o projeto pedagógico teve início em setembro de 2023.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações ou amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Relativamente ao financiamento dos cursos profissionais e de natureza profissionalizante ministrados pela EPAVE, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH/PESSOAS2030) e da Receita Pública.

A partir de 2017, por força do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60 -C/2015, de 2 de março, (alterado pelas Portarias n.ºs 181 -A/2015, de 19 de junho, 190 -A/2015, de 26 de junho, 148/2016, de 23 de maio, 311/2016, de 12 de dezembro, e 2/2018, de 2 de janeiro, e n.º 159/2019, de 23 de maio) Regulamento esse previsto nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o financiamento destes cursos, quando ministrados por empresas municipais, como a Epave, passaram a ser financiados a 85% pelo FSE e os restantes 15%, ou seja, a denominada “contribuição pública nacional”, passou a ser suportada pela própria empresa municipal, como se prevê no art.º 3º n.º 3 deste Regulamento Específico.

RA
António
J
/

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

RA
António
f.

O enquadramento acima aplica-se pelo facto de estarmos perante uma empresa municipal, não se aplicando a entidades concorrentes com outro enquadramento jurídico, cujo direito à contrapartida pública nacional é-lhes garantida para efeitos de financiamento dos serviços prestados. Assim, importa que o Município detentor da participação na Epave assegure a preços de mercado o financiamento da atividade da Epave, através da celebração de contrato-programa nos termos do artigo 47.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAE) aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sob pena da continuidade das operações da EPAVE poder ser colocada em causa por incumprimento do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano já anteriormente mencionado e pelas consequências daí advinentes. Este instrumento de financiamento permite assegurar o equilíbrio de contas previsto no artigo 40.º do RJAE, atendendo a que a Epave não tem receitas próprias.

f.

Adicionalmente, a EPAVE vai apresentando candidaturas a outros subsídios de diversas naturezas das mais diversas entidades.

2.2.9. Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.2.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas referem-se às vidas úteis dos ativos fixos tangíveis que foram determinadas tendo por base os critérios do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos

Handwritten signatures:
R
António
J
L

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, entendendo a gerência que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

2.2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

2.2.12. Provisões

As provisões são registadas quando a instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

2.2.13. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

2.2.14. Especialização de exercícios

A escola regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados,

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

2.2.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.16. Principais riscos

- **Risco Financeiro**

A EPAVE, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

DR
Antunes
+

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da instituição denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2023 e em 2022 movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

2023

	Programas de Computadores e Pagina Web	
	Pagina Web	Total
Ativos		
Saldo inicial	18.821,46	18.821,46
Aquisições	-	-
Saldo final	18.821,46	18.821,46
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	18.737,74	18.737,74
Amortizações do exercício	83,72	83,72
Saldo final	18.821,46	18.821,46
Ativos líquidos	-	-






2022

	Programas de Computadores e Pagina Web	
	Pagina Web	Total
Ativos		
Saldo inicial	18.821,46	18.821,46
Aquisições	-	-
Saldo final	18.821,46	18.821,46
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	17.751,57	17.751,57
Amortizações do exercício	986,17	986,17
Saldo final	18.737,74	18.737,74
Ativos líquidos	83,72	83,72

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 2. A amortização do período encontra-se apresentada nos quadros anteriores.

OK

Antunes

4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Não Aplicável

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2023 e em 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

R

2023

	Edifícios e outras construções	Equipamentos Básicos	Equipam. de transporte	Equipam. adminisl.	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.351.156,84	567.316,27	30.609,92	82.961,92	2.032.044,95
Aquisições	-	6.171,90	-	-	6.171,90
Saldo final	1.351.156,84	573.488,17	30.609,92	82.961,92	2.038.216,85
Depreciação acumuladas e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo inicial	969.448,81	555.893,38	30.609,92	71.920,66	1.627.872,77
Depreciação do exercício	37.140,60	8.669,33	-	-	45.809,93
Saldo final	1.006.589,41	564.562,71	30.609,92	71.920,66	1.673.682,70
Ativos líquidos	344.567,43	8.925,46	-	11.041,26	364.534,15

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

2022					
	Edifícios e outras construções	Equipamentos Básicos	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.351.156,84	568.889,87	30.609,92	82.961,92	2.033.618,55
Abate	-	(5.731,80)	-	-	(5.731,80)
Aquisições	-	4.158,20	-	-	4.158,20
Saldo final	1.351.156,84	567.316,27	30.609,92	82.961,92	2.032.044,95
Depreciação acumuladas e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo inicial	932.308,21	550.061,38	30.609,92	71.920,66	1.584.900,17
Abate	-	(3.343,55)	-	-	(3.343,55)
Depreciação do exercício	37.140,60	9.175,55	-	-	46.316,15
Saldo final	969.448,81	555.893,38	30.609,92	71.920,66	1.627.872,77
Ativos líquidos	381.708,03	11.422,89	-	11.041,26	404.172,18

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 2. As depreciações do exercício são apresentadas nos quadros anteriores.

6 - LOCAÇÕES

Locações operacionais

A escola em 2023 mantém o contrato de locação operacional, outorgado em 2018 por um período de 5 anos, para arrendamento do edifício D.^a Isabel com o Município da Póvoa de Lanhoso no valor mensal de 10.000€. A outorga do contrato prevê renovações anuais, dependendo das partes (EPAVE e Município) a continuidade do contrato.

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2023	2022
Até 1 ano	120.000,00	120.000,00
Entre 1 ano e 5 anos	-	-
	<u>120.000,00</u>	<u>120.000,00</u>

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se a rubrica de rendas e alugueres que representa 34% do total dos FSE – Fornecimentos e Serviços Externos.

	2023	2022
6261 - Rendas e Alugueres	121 796,29	123 066,52
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	237 059,88	234 297,70
	<u>358 856,17</u>	<u>357 364,22</u>

Loações financeiras

No ano de 2023 na EPAVE mantinham-se em vigência 1 contratos de locação financeira, no sentido de dotar a escola de meios necessários de adequação ao servidor fazendo um UPGrade para aumentar a sua capacidade, que cessou em 2023 e o contrato de máquinas de impressão.

Neste seguimento, em 2023, existe um contrato de locação financeira para um UPGrade ao Servidor, cuja mensalidade ascende a 320,29€ por um período de 12 meses, que terminou em 2023. Os valores foram capitalizados pelos pagamentos mínimos da locação, calculados de acordo com os contratos outorgados, na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, apresentados na Nota 5 deste Anexo às contas. Os valores capitalizados relacionados com estes equipamentos podem ser apresentados da seguinte forma:

	2023			2022		
	Custo Aquisição	Depreciações/ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Custo Aquisição	Depreciações/ perdas imp. acumuladas	Montante líquido
Equipamento de Servidor HP	5.744,69	5.744,69	-	5.744,69	4.595,76	1.148,93
Equipamento de Firewall	5.073,01	3.043,80	2.029,21	-	-	-
Equip de Servidor UPGrade	3.517,98	879,50	2.638,48	3.517,98	175,90	3.342,08
	<u>14.335,68</u>	<u>9.667,99</u>	<u>4.667,69</u>	<u>9.262,67</u>	<u>4.771,66</u>	<u>4.491,01</u>

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

O valor em dívida dos pagamentos mínimos da locação à data de 31-12-2023 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2023	2022
Até 1 ano	-	2.692,27
Entre 1 ano e 5 anos	-	-
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u> </u>	<u>2.692,27</u>

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

7 - CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos utilizados da conta corrente caucionada para fazer face a necessidades de tesouraria, ascendem a, 73.000,00 €, uma vez que o valor a disponibilizar às escolas aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros (RCM) 173/2023, que permitiu à DGEst ser o intermediário dos adiantamentos às escolas, no entanto só foi disponibilizado na conta da escola em Janeiro de 2024.

Todavia, para além da conta caucionada negociada junto do Novo Banco, com os detalhes abaixo descritos, existe ainda financiamentos obtidos por via das Locações Financeiras apresentadas na Nota 6.

	Entidade	2023			2022		
		Financiadora	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Limite	Corrente		Não corrente	Corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Novo Banco - Conta Caucionada	NB	200.000,00	73.000,00	-	200.000,00	-	-
		<u>200.000,00</u>	<u>73.000,00</u>	<u>-</u>	<u>200.000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A conta corrente caucionada do Novo Banco, está com uma taxa de juros contratualizados para "Euribor a 3 meses" acrescida de um "spread" de 1,00%. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, uma Carta Conforto do Município da Póvoa de Lanhoso.

De verificar que a conta corrente caucionada à data de 31 de dezembro de 2023 tinha um saldo de utilização de 73.000€. A necessidade de utilização da conta corrente foi gerada pelas

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

dificuldades de tesouraria criadas pelos atrasos na abertura das candidaturas do quadro comunitário PT2030, para o ano letivo de 2023-2024.

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2023 e 2022 são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Juros suportados		
Locações financeiras	138,15	650,76
Outros serviços bancários	138,15	650,76

8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não Aplicável

9 - IMPARIDADES DE ATIVOS

Não Aplicável

10 - INVENTÁRIOS

Não Aplicável

11 - AGRICULTURA

Não Aplicável

12 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não Aplicável

13 - RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações com contraprestação estão relacionadas com as atividades conexas com a atividade exercida pela escola, isentas de IVA pelo artigo 9º CIVA, seja no âmbito da secretaria, da reprografia e bar. Os rendimentos destas atividades nos exercícios de 2023 e 2022 podem ser apresentados da seguinte forma:

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

	2023	2022
Rendimentos suplementares	19 544,40	20 261,63
Serviços de Secretaria	345,00	857,50
Serviços de Reprografia e Bar	17 512,08	17 857,63
Outros Rendimentos Suplementares	1 687,32	1 546,50

14 - RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO
Réditos de transferências:

Durante o exercício findo em 2023 e 2022 a escola beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	2023			
	Valor Reconhecido	Valor recebido	Valor Adiantamento por conta	Valor por receber
Subsídios à exploração:				
Subsídios POCH	1.040.043,54	1.040.388,08	-	361.600,64
Subsídios PRR - CTE	-	340.249,00	340.249,00	-
Subsídios Erasmus +	62.132,00	139.322,37	102.691,20	62.132,00
Subsídios CPN 15%	180.808,22	189.244,46	-	64.915,33
Subsídios CMPVL - AEC's	89.075,90	97.005,23	10.000,00	-
	<u>1.372.059,66</u>	<u>1.806.209,14</u>	<u>452.940,20</u>	<u>488.647,97</u>

O valor do adiantamento do PRR – CTE foi registado como de subsídio à exploração em virtude de não ter sido ainda iniciado qualquer investimento, momento a partir do qual será efetuada a reclassificação para a rubrica de subsídios ao investimento.

Subsídio	2022				
	Valor Reconhecido	Valor recebido	Valor Adiantamento por conta	Valor Reemb. Submetido	Valor por receber
Subsídios à exploração:					
Subsídios POCH	966.039,71	799.921,41	10.913,09	-	380.001,99
Subsídios Erasmus +	72.049,00	-	35.417,83	-	72.049,00
Subsídios CPN 15%	170.491,30	174.727,00	-	-	66.207,85
Subsídios CMPVL - AEC's	25.722,99	27.793,66	10.000,00	30,00	7.899,33
	<u>1 234 303,00</u>	<u>1 002 442,07</u>	<u>56 330,92</u>	<u>30,00</u>	<u>526 158,17</u>

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Os subsídios à exploração estão sujeitos à submissão de pedidos de Reembolso/Saldo Final, assim no termo do ano letivo 2022-2023 foi submetido e analisado o saldo final, ficando fechado.

Quanto aos subsídios à exploração do ano letivo 2023-2024, mantivemos a política de reconhecimento do rédito em face da melhor estimativa plausível, ou seja, analisando número de alunos, nº de horas ministradas e volume de formação, no sentido de registar a melhor estimativa de rédito a ser submetida em reembolso intermédio.

Subsídios ao Investimento

- Os valores reconhecidos no balanço 31 de dezembro de 2023 refletem os seguintes subsídios ao investimento atribuídos em anos anteriores:

	2023		
	Imputação		Saldo Subsídios Atribuídos
	Valor Bruto	Acumulada a Resultados	
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	203 977,24	20 481,83
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	618 931,47	232 843,95
Concurso Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	175 090,74	72 825,16
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00
	<u>1 354 924,10</u>	<u>1 028 773,15</u>	<u>326 150,94</u>

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

	2022		
	Valor Bruto	Imputação	
		Acumulada a Resultados	Saldo Subsídios Atribuídos
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	201 732,64	22 726,43
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	593 176,07	258 599,35
Concurso Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	167 033,46	80 882,44
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00
	1 354 924,10	992 715,87	362 208,22

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Initials]

Imputação de subvenções relacionadas com ativos não correntes:

- No exercício de 2023 a EPAVE imputou a resultados 36.057,28€, correspondentes à percentagem de subvenção não reembolsável imputada aos ativos subvencionados durante o período da sua vida útil. Em 2022 o montante imputado ascendeu 36.057,28€.

15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não Aplicável.

16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não Aplicável

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Após 31 de dezembro de 2023 e até à data presente, um factor específico afetou direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da escola: os atrasos nas candidaturas para o ano letivo de 2023-2024. Esse atraso está relacionado ao aviso de candidatura nº PESSOAS-2024-5, cuja abertura ocorreu em 4 de março de 2024 e a submissão em 19 de abril de 2024. A análise dessas candidaturas tem um prazo limite de 60 dias, seguido pela assinatura do Termo de Aceitação. Conforme estabelecido pelo Normativo Contabilístico da Administração Pública (SNC-AP), NCP14 – Rendimentos de transações sem contraprestação, sem que o contrato esteja firmado, não é possível reconhecer qualquer rendimento, mesmo que por estimativa, desse subsídio.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Após a assinatura do Termo de Aceitação, procedeu-se ao reconhecimento do rendimento, cumprindo assim o normativo contabilístico, uma vez que este facto deve ser considerado um evento ajustável.

Diante dessa situação, a EPAVE precisou solicitar ao Tribunal de Contas uma prorrogação do prazo para a prestação de contas do exercício de 2023. Esse pedido foi aprovado, conforme despacho favorável com a referência nº DADI/Proc. n.º 298/2024.

18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Capital social

Em 2023, o capital da escola, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota do Município da Póvoa de Lanhoso com o valor total de 20.000,00 Euros.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da escola, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 2023 e 2022 a reserva legal ascendia a 10.933,65 €.

Resultados Transitados

A variação em resultados transitados está relacionada com a aplicação do resultado do exercício anterior.

O valor de resultados transitados após a aplicação dos resultados de 2022, ascende a 234.469,08€ (2022 – 232.203,83€).

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Contas a Pagar:

Em 2023 e em 2022 as rubricas do Balanço "Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes (POCH + CPN); Fornecedores e Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2.023	2.022
Fornecedores		
Fornecedores C/C	4.293,44	129.317,42
	<u>4.293,44</u>	<u>129.317,42</u>
Credores por Transferência e Subsídios Concedidos		
Adiantamentos de Credores por Subsídios Concedidos	442.940,20	46.330,92
Adiantamentos de Credores por Contrato-Programa AEC	10.000,00	10.000,00
	<u>452.940,20</u>	<u>56.330,92</u>
Outras contas a pagar:		
Subsídios a Formandos	15.010,56	12.669,08
Prestadores de Serviços	1.848,80	9.484,18
Remunerações Férias e S.F.	103.220,54	104.654,50
Outros por Acréscimo de Gastos	1.070,55	1.313,12
Outras contas a pagar	746,12	282,59
	<u>121.896,57</u>	<u>128.403,47</u>

António

No ano de 2023 registou-se o montante de 452.940,20€ a título de "Adiantamentos de credores por subsídios concedidos CTE, ERASMUS+ e por o contrato-programa das atividades de enriquecimento curricular". Este valor está previsto na candidatura do CTE, do ERASMUS+ e no contrato-programa AEC's, e engloba montantes de adiantamentos para o ano de 2023. Pelo facto, evidencia-se um acréscimo face a 2022.

A dívida a fornecedores em 2023 verifica-se um decréscimo face a 2022, em resultado do recebimento do contrato-programa relativo à CPN, por parte do município, que possibilitou o pagamento das rendas.

A rubrica "outros gastos" decompõe-se da seguinte forma, para os exercícios findos em 2023 e em 2022:

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

	2023	2022
Impostos e Taxas - IUC-IES-IS	351,82	76,49
Quotizações	1 200,00	1 200,00
Contribuições - Entidade Contratante	2 181,30	3 314,79
Outros gastos e perdas	12,79	6,09
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		2 388,25
Outros não especificados- Gastos com Formandos	249 551,11	210 689,42
	<u>253 297,02</u>	<u>217 675,04</u>

Estes gastos dizem respeito a gastos com impostos e taxas, quotizações, contribuições, custos com formandos – subsídios de alimentação, subsídios de transporte, subsídio de alojamento, bolsas de profissionalização, bolsas de material de estudo e seguro de acidentes pessoais escolares para os formandos.

Os gastos e perdas em investimentos não financeiros, em 2022, refletem a eliminação de um contrato de impressão, que foi corrigido no cadastro imobilizado.

Estado e Outros Entes Públicos:

Em 2023 e em 2022 as rubricas de “estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	13.744,97	3.059,56	0,00
Pagamentos por conta		-559,02	3.648,00	
Estimativa de imposto		14.324,85	-602,15	
Retenção na Fonte		-20,86	13,71	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		4.600,51		5.264,83
Retenção na Fonte		4.600,51		5.264,83
Imposto sobre o valor acrescentado		0,00		253,58
Contribuições para a Segurança Social / ADSE/ ACSS/ FCT		13.079,39		39.876,43
	<u>0,00</u>	<u>31.424,87</u>	<u>3.059,56</u>	<u>45.394,84</u>

Os valores a pagar dizem respeito à segurança social dos vencimentos do mês de dezembro, pagos até 20 de janeiro de 2024. Respeitam também às retenções na fonte de IRS dos honorários de dezembro, pagos até 20 de janeiro de 2024. O valor da ACSS relativo à dívida de 2020 e 2021 ainda em aberto a 31 de dezembro de 2022, no montante de 10.198,68€, foi devidamente regularizado durante 2023.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades tributárias durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenha sido concedido benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da escola, relativamente aos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor aplicável à escola é de 21%.

A Administração da escola entende, que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades tributárias àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2023 e em 2022.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2023 e em 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Resultado Antes de Impostos	68.315,50	2.867,40
ICE 2022	(101,94)	-
Gasto com impostos sobre o rendimento	14.324,85	602,15
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Gasto com Imposto	14.324,85	602,15
Ajustamentos relativos ao período anterior		
Taxa efectiva de imposto	20,97%	21,00%

[Handwritten signatures and initials]

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Devedores por Transferências de Subsídios

Em 2023 e em 2022 as contas a receber, da escola, apresentavam a seguinte composição:

	2023			2022		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Outras contas a receber:	488.647,97		488.647,97	527.479,91		527.479,91
Dev Transf Subs POCH+CPN	426.515,97		426.515,97	446.209,84		446.209,84
Dev Transf Subs ERASMUS+	62.132,00		62.132,00	72.049,00		72.049,00
Dev Transf CMPVL - AEC's			-	7.899,33		7.899,33
Dev Transf Sinistro - Vandalismo			-	1.321,74		1.321,74

19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	46 252,04	46 062,66
Remunerações do pessoal	523 441,78	495 391,86
Encargos sobre remunerações	129 699,77	122 229,85
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	5 613,30	4 646,68
Indeminização	3 540,55	
	708 547,44	668 331,05

No decorrer do ano de 2023 verifica-se um acréscimo devido às atualizações salariais impostas para o Salário Mínimo Nacional.

O número de funcionários oscilou em face do ano de 2022. Houve necessidade de fazer contratação de profissionais para fazer face ao contrato-programa assumido pela EPAVE no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), uma vez que o contrato de trabalho dos profissionais das AEC's vigora para o ano letivo de 2023-2024, ou seja, de setembro a junho. Houve também a necessidade de novas contratações para assumir funções de trabalhadores que careciam de ser substituídos, devido à necessidade devido a licença sem vencimento, licença de maternidade e cedência de interesse público. Houve necessidade de substituir por licença de maternidade, a técnica do serviço de psicologia e orientação, que no

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

ano de 2023 vigorou até início de junho. Houve necessidade também de substituir outras trabalhadoras, como por exemplo a diretora pedagógica, que solicitou Cedência de Interesse Público, estando por isso todo o ano de 2023 ao serviço do município de Braga e outros ainda por licença sem vencimento (2 Colaboradores) um docente de educação física e uma docente de Português. Houve ainda a cessação de contrato de uma funcionária que se encontrava em licença sem vencimento na função de Assistente Educativa, assim como a cessação do contrato de substituição do serviço de psicologia.

Na rubrica de encargos estão inseridos os valores cobrados pela Segurança Social ao abrigo do Regime de "entidade contratante" e pela ACSS.

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2023	Saídas	Entradas	Saldo Final 2023
Funcionários	33	2	1	32
Docentes AEC's	15	15	15	15

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2022	Saídas	Entradas	Saldo Final 2022
Funcionários	30		3	33
Docentes - AEC's	0		15	15

O Presidente do Órgão de Gestão da escola no exercício findo de 2023 foi remunerado em conformidade com o referido no art.º30 da Lei Nº50/2012 de 31 de agosto.

Acresce que relativamente à atividade exercida "Formação Profissional" os honorários pagos a profissionais que ministram a formação da área técnica representando 31% dos gastos totais incorridos em Fornecimentos e Serviços Externos, conforme quadro seguinte:

	2023	2022
6224 - Honorários	111 194,46	115 551,28
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	247 661,71	241 812,94
	<u>358 856,17</u>	<u>357 364,22</u>

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A escola é detida em 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, sendo as demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

OK
António
T.

No decurso dos exercícios de 2023 e 2022 foram registadas transações com partes relacionadas com referência ao fornecimento de água e piscinas (aulas de natação- Educação Física) – serviço da responsabilidade do município da Póvoa de Lanhoso e com contrato de arrendamento do edifício pertencente ao Município. Verifica-se também transações com partes relacionadas referentes aos Contratos-Programa assumidos com o município das atividades de enriquecimento curricular (AEC's) e contrapartida pública nacional (CPN). Todas as transações e saldos com esta entidade estão divulgados separadamente nas várias notas deste Anexo.

T.

Foi emitida uma carta conforto a favor do Novo Banco como garantia para obtenção de uma linha de crédito de 200.000,00 €, que no final do exercício se encontrava utilizada em 73.000€.

As transações efetuadas com o Município da Póvoa de Lanhoso e os saldos dos períodos findos em 2023 e 2022 são os seguintes:

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

	2.023	2.022
Fornecedores / Credores Acréscimo de Gasto		
Fornecedores, conta corrente		
Saldo Inicial:	120.138,52	150,80
Pagamentos	241.739,74	1.539,73
Pagamentos Rendas	240.000,00	
Pagamentos Água / Piscinas	1.739,74	1.539,73
Saldo Final:	81,33	120.138,52
Clientes, Contribuintes e Utentes (POCH + CPN):		
Contribuintes C/c POCH - CPN		
Saldo Inicial:	30,00	-
Recebimentos	(304.521,05)	(202.520,66)
Recebimentos Contrato Programa - CPN	(189.244,46)	(174.727,00)
Recebimentos Contrato Programa - AEC's	(115.276,59)	(27.793,66)
Saldo Final:	-	30,00
Devedores Por Acréscimo de Rendimento - Não exigível	(10.000,00)	(74.107,18)
	<u>(9.918,67)</u>	<u>46.061,34</u>



Ao abrigo da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as Participações do Município da Póvoa de Lanhoso é conforme se segue:

1 - DADOS SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE (PARTICIPANTE):

 DESIGNAÇÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO
 N.º DE REGISTRO:

QUALIFICAÇÃO: DADOS DE CARACTERIZAÇÃO GERAL

QUALIFICAÇÃO: ENTIDADES SOCIETARIAS PARTICIPADAS

DENOMINAÇÃO (da participada)	NIPC	TIPOLOGIA		CAE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO		PUBLICAÇÃO ESTATUTOS EM D.R.	DATA DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS		UTILIDADE PÚBLICA
		FORMA JURÍDICA	REGIME ESPECÍFICO			VALOR	%		OBJECTO	CAPITAL	
1 - EPAVE (Escola Profissional do Alto Ave, E.M.)	82499101	EP	EP	8520	20.000,00	20.000,00	100	15.276 - 11.596 - 27.111.2024	2017-10-27	2017-10-27	
2 -											
3 -											

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

21 - RELATO POR SEGMENTOS

A Escola desenvolve a atividade de ensino e formação profissional, pelo que não existem outros segmentos relevantes, para efeitos de informação a apresentar.

22 - INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não Aplicável

23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

Na rubrica de "fornecimentos e serviços externos" nos exercícios de 2023 e em 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
6221 - Trabalhos Especializados	16.042,53	23.081,94
6222 - Publicidade	448,95	618,69
6224 - Honorários	111.194,46	115.551,28
6226 - Conservação e Reparação	6.377,25	6.681,41
6229 - Outros Serviços Especializados	8.024,66	1.316,10
6231 - Ferramentas e Utens. de Desg. Rápido	11.594,07	12.359,67
6233 - Material Escritório	2.065,61	1.504,72
6234 - Artigos para Oferta	1.487,70	
6235 - Material de Educação Cultura e Recreio	16.424,93	7.663,55
6236 - Artigos de Higiene e Limpeza Vestuário	2.896,20	2.542,06
6237 - Outros Materiais	44,25	
6241 - Eletricidade	6.515,03	14.883,04
6242 - Combustíveis	800,00	496,64
6243 - Água	1.402,09	1.532,22
6244 - Gás	581,23	283,89
6251 - Deslocações e Estadas	1.459,78	425,00
6255 - Deslocações ERASMUS+	43.774,03	38.188,10
6261 - Rendas e Alugueres	121.796,29	123.066,52
6262 - Comunicações	1.496,79	2.404,97
6263 - Seguros	3.940,95	3.995,11
6265 - Contencioso e Notariado	5,00	305,00
6269 - Outros Serviços (Gastos Bancários)	484,37	464,31
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	358.856,17	357.364,22

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Nos fornecimentos e serviços externos, a rubrica com maior relevância é os honorários dada a atividade exercida formação profissional e gastos com os formadores externos (recibos verdes), tendo um peso de 31% do total dos gastos com fornecimentos e serviços externos. Apresenta um decréscimo face a 2022, apesar da manutenção do nº de turmas 12.

Destaca-se ainda a rubrica de rendas e alugueres, em particular a renda do edifício pago ao Município (2023 e 2022: 120.000€), representado 33% do total dos gastos com fornecimentos e serviços externos.

A rubrica de deslocações e estadas são contabilizados gastos com atividades enquadradas no ensino profissional, no âmbito da execução do Plano de Atividades Anual, verificando-se uma acréscimo relativo a 2022, devido a um projeto aprovado Partilha com energia. Relativamente às deslocações e estadas ERASMUS+, correspondentes ao projeto aprovado, para realização de uma parte da componente de estágio em países da união europeia, verifica-se um acréscimo de gastos em 2023 face a 2022, motivo pelo qual se enquadra nos destinos escolhidos para realização do projeto. Assim, em 2023 os destinos Itália e Fuerteventura o total de 32 mobilidades, e em 2022, os destinos de Espanha – Málaga e Fuerteventura o total de 37 mobilidades.

Na rubrica de "outros rendimentos" nos exercícios de 2023 e em 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	19.544,40	20.261,63
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	5.445,00	4.173,02
Outros - Imputação de Subsídios para Investimentos	36.057,28	36.057,28
Outros não Especificados	1.307,48	0,00
Outros Rendimentos Suplementares	120,93	54,76
	<u>62.475,09</u>	<u>60.546,69</u>

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos, engloba os rendimentos suplementares que abrangem as atividades conexas com a atividade de formação, com maior relevância o serviço reprografia e bar. Compreende ainda nesta rubrica a imputação do valor das amortizações de subsídios para investimento, e os valores das participações de seguros de Multiriscos pelas ocorrências de eventos seguráveis (inundação).

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

Póvoa de Lanhoso, 30 agosto de 2024

O ÓRGÃO DE GESTÃO

Paula Cristina de Sousa Antunes

Paula Cristina de Sousa Antunes (Presidente)

Maria de Fátima Duarte V. Moreira

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira (Vogal)



Cândido da Silva Mendes (Vogal)

O Contabilista Certificado

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

ENCERRAMENTO ORÇAMENTAL 2023

Exmos senhores, em cumprimento do disposto no art. 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o Órgão de Gestão da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, (E.M) apresenta o relatório de encerramento orçamental de 2023.

Demonstrações Orçamentais:

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamental da Receita
- Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
- Demonstração dos Planos de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

R
António
C.
e

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos - 2023	2023			2022	
		R.P.	R.G. - CT Prog	U.E.		Total
	Saldo de gerência anterior	2.542,36	-	-	2.542,36	56.765,05
	Operações orçamentais (1)	2.542,36	-	-	2.542,36	56.765,05
	Operações de tesouraria (A)					
	Recetas correntes	30.062,62	97.005,23	1.709.203,91	1.836.271,76	1.042.003,10
R5	Transferências e subsídios correntes	-	97.005,23	1.709.203,91	1.806.209,14	1.002.442,07
R5.1	Transferências correntes	-	97.005,23	1.709.203,91	1.806.209,14	1.002.442,07
R5.1.1	Administrações Públicas	-	97.005,23	1.709.203,91	1.806.209,14	1.002.442,07
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	1.709.203,91	1.709.203,91	974.648,41
R5.1.1.5	Administração Local	-	97.005,23	-	97.005,23	27.793,66
R7	Outras receitas correntes	30.062,62	-	-	30.062,62	39.561,03
	Recelta Capital	-	-	-	-	-
	Receitas efetivas (2)	30.062,62	97.005,23	1.709.203,91	1.836.271,76	1.042.003,10
	Receitas não efetivas (3)	-	152.000,00	-	152.000,00	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-
R13	Receitas com passivos financeiros	-	152.000,00	-	152.000,00	-
	Soma (4) = (1) + (2) + (3)	30.062,62	249.005,23	1.709.203,91	1.990.814,12	1.098.768,15
	Operações de tesouraria (B)					

Rubrica	Pagamentos - 2023	2023			2022	
		R.P.	R.G. - CT Prog	U.E.		Total
	Despesa corrente	13.143,75	80.487,16	1.382.012,95	1.475.643,86	1.093.754,84
D1	Despesas com o pessoal	-	76.790,73	663.259,44	740.050,17	657.398,88
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	-	63.800,89	508.205,40	572.006,29	521.396,18
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	-	1.890,00	1.890,00	1.680,00
D1.3	Segurança social	-	12.989,84	153.164,04	166.153,88	134.322,70
D2	Aquisição de bens e serviços	13.143,75	3.696,43	468.357,48	485.197,66	234.426,99
D3	Juros e outros encargos	-	-	328,49	328,49	374,02
D4	Transferências e subsídios correntes	-	-	247.530,42	247.530,42	195.218,68
D4.1	Transferências correntes	-	-	-	-	-
D4.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-
D4.1.3	Famílias	-	-	247.530,42	247.530,42	195.218,68
D5	Outras despesas correntes	-	-	2.537,12	2.537,12	6.336,27
	Despesa capital	-	-	14.351,77	14.351,77	2.470,95
D8	Investimentos	-	-	14.351,77	14.351,77	2.470,95
	Despesa efetivas (5)	13.143,75	80.487,16	1.396.364,72	1.489.995,63	1.096.225,79
	Despesa não efetiva (6)	-	79.000,00	-	79.000,00	-
D10	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-
D11	Despesa com passivos financeiros	-	79.000,00	-	79.000,00	-
	Soma (7) = (5) + (6)	13.143,75	159.487,16	1.396.364,72	1.568.995,63	1.096.225,79
	Operações de tesouraria (C)					
	Saldos para a gerência seguinte					
	Operações orçamentais (8) = (4) - (7)	16.918,87	89.518,07	312.839,19	421.818,49	2.542,36
	Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) + (C)					
	Saldo Global (2) - (5)	16.918,87	16.518,07	312.839,19	346.276,13	54.222,69
	Despesa primária	13.143,75	80.487,16	1.396.036,23	1.489.667,14	1.095.851,77
	Saldo corrente	16.918,87	16.518,07	327.190,96	360.627,90	51.751,74
	Saldo de capital	-	-	14.351,77	14.351,77	2.470,95
	Saldo primário	16.918,87	16.518,07	313.167,68	346.604,62	53.848,67
	Receita total (1) + (2) + (3)	32.604,98	249.005,23	1.709.203,91	1.990.814,12	1.098.768,15
	Despesa total (5) + (6)	13.143,75	159.487,16	1.396.364,72	1.568.995,63	1.096.225,79

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
MAPA ANEXO

DA
Antonio
J

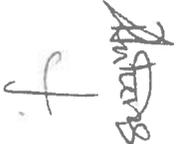
2.

De: janeiro 2023

Até: dezembro 2023

2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos ant. (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar final do período (11)	Grau de execução orçamental	
						Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(2) x100	Período corrente (13)=(9)/(1) x100
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	1 835 692,97		1 709 203,91	244 184,88	1 709 203,91				1 709 203,91	1 709 203,91			93,11
R5.1.5 Administração Local	100 000,00	30,00	96 975,23	10 000,00	97 005,23			30,00	96 975,23	97 005,23		100,00	96,98
R7 Outras receitas correntes	32 000,00		30 090,29		30 062,61				30 062,61	30 062,61			93,95
R13 Receita com passivos financeiros	279 000,00		152 000,00		152 000,00				152 000,00	152 000,00			54,48
Total	2 246 692,97	30,00	1 988 269,43	254 184,88	1 988 271,75			30,00	1 988 241,75	1 988 271,75		100,00	88,50



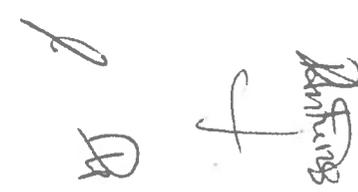
EPAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE. E.M.

De: janeiro de 2023

Até: dezembro de 2023

3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Despesas por pagar de períodos ant. (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos Descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas liquidas de reposições			Comprom. a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
						Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(2) x100	Período corrente (12)=(7)/(2) x100
D1.1 Remunerações certas e permanentes	8 612,30	619 566,98		576 888,13	576 888,13	8 612,30	560 250,25	568 862,55		8 025,58	1,39	90,43
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		6 507,60		5 033,74	5 033,74		5 033,74	5 033,74				77,35
D1.3 Segurança social	36 957,05	181 052,75		176 160,61	176 160,61	27 729,02	138 424,86	166 153,88		10 006,73	15,32	76,46
D2 Aquisição de bens e serviços	258 373,65	523 613,78		492 501,00	492 235,41	138 373,65	346 824,01	485 197,66	265,59	7 037,75	26,43	66,24
D3 Juros e outros encargos	282,59	2 829,79		328,49	328,49	190,34	138,15	328,49			6,73	4,88
D4.3 Famílias	12 669,08	265 226,20		262 540,98	262 540,98	12 621,38	234 909,04	247 530,42		15 010,56	4,76	88,57
D6 Outras despesas correntes		3 682,15		2 537,12	2 537,12		2 537,12	2 537,12				68,90
D7 Investimento	2 692,27	364 917,03		14 351,77	14 351,77	2 692,27	11 659,50	14 351,77			0,74	3,20
D11 Despesa com passivos financeiros		279 000,00		79 000,00	79 000,00		79 000,00	79 000,00				28,32
Total	319 586,94	2 246 396,28		1 609 341,84	1 609 076,25	190 218,96	1 378 776,67	1 568 995,63	265,59	40 080,62	8,47	61,38



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

- 1 – Alterações orçamentais da receita
- 2 – Alterações orçamentais da despesa
- 3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

O orçamento inicialmente aprovado incluía rubricas destinadas a receitas e despesas consignadas, pendentes da aprovação de um projeto específico. Com a aprovação do projeto do Centro Tecnológico Especializado (CTE), a receita vinculada a essa despesa específica foi ativada, de modo que esses recursos só podem ser utilizados para financiar as despesas diretamente relacionadas ao projeto. Em conformidade com o ponto 8.3.1 do POCAL, o Órgão de Gestão aprovou as alterações orçamentais modificativas necessárias, assegurando que o orçamento reflita corretamente essa vinculação, garantindo a transparência e a correta aplicação dos fundos.

1 – Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da receita ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Rubrica [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]+[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões Iniciais [3]	Inscrições / reforços [4]	Alterações Orçamentais	Créditos especiais [6]		
				Diminuições / anulações [5]			
R51		100.000,00				100.000,00	
R52		1.352.841,36	-			1.352.841,36	Portugal2020
R52	M	24.852,80	117.749,80			142.602,60	ERASMUS+
R52	M	0,01	340.249,00			340.249,01	PRR - CTE
R7	M	24.000,00	8.000,00			32.000,00	
R12		-				-	
R13	M	200.000,00	79.000,00			279.000,00	
Total		1.701.694,17	544.998,80	-	-	2.246.692,97	

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023
2- Alterações orçamentais da despesa

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

António

l
da

Rubrica [1]	Tipo [2]	Dotações Iniciais [3]	Despesa Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]+[5]+[6]	Observações [8]
			Inscrições / reforços [4]	Diminuições / anulações [5]	Inscrições / reforços (modificativo) [6]		
D1	P	776.127,32	12.300,00	- 12.300,00	31.000,00	807.127,32	
D2	P / M	434.613,77	132.200,00	- 100.200,00	57.000,00	523.613,77	
D3		1.329,79	1.500,00	-		2.829,79	
D4.3	P	211.726,20	8.800,00	- 8.800,00	45.000,00	256.726,20	
D6	P	19.182,15	-	- 15.500,00		3.682,15	
D7	P / M	51.168,01	33.000,00	- 51.000,00	340.249,00	373.417,01	
D11	M	200.000,00			79.000,00	279.000,00	
Total		1.694.147,24	187.800,00	- 187.800,00	552.249,00	2.246.396,24	

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

Antunes

9.

h

OK

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Antônio J.

A. D.

Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras - 2023

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Antônio

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



JORNALISTAS E MEMBROS AUDITORES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXMO. SÓCIO

- 1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- 2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno e do sistema de gestão de riscos, se existentes, na medida em que sejam relevantes para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.
- 3 No exercício de 2023 a entidade assinou com o Município da Póvoa de Lanhoso um Contrato-Programa celebrado para 2023, elaborado nos termos do artigo 47.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que especifica que a EPAVE tem direito a receber uma comparticipação financeira para cumprimento das obrigações previstas na cláusula 3.ª do mesmo. Este contrato-programa foi objeto de Parecer Prévio, por nós emitido em 6 de dezembro de 2023, e os montantes relacionados foram transferidos no exercício de 2023, assegurando desta forma as receitas próprias impostas pela regulação comunitária para a atribuição dos diferentes subsídios relacionados com a atividade desenvolvida.
- 4 Atendendo a que o n.º 3 do artigo 22º dos estatutos da EPAVE com a epígrafe “estatuto dos membros do órgão de gestão” faz aplicar subsidiariamente o Estatuto do Gestor Público, exceto no que respeita ao seu recrutamento e seleção. Não chegou ao nosso conhecimento que tenha sido formalizado um contrato de gestão nos termos do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público.
- 5 Como previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 43º do RJAEL e no artigo n.º 46ª do RJSEE, que se aplica por força dos seus artigos 4º e 67º, a entidade deve preparar e publicar na sua página o Plano de Prevenção da Corrupção e dos Riscos de Gestão. Este plano está em fase de elaboração. Além disso, conforme o n.º 3 do artigo 39º do RJAEL, as empresas locais adotam procedimentos de controlo interno adequados para garantir a fiabilidade das contas e demais informação financeira, e estes procedimentos também estão em elaboração.
- 6 Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, damos nota de que foi cumprida, pela Entidade, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao Relatório de Boas Práticas do Governo Societário.

EPAVE – ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE, E.M.

7 Na nossa opinião, os documentos contabilísticos apresentados, junto com a Certificação Legal de Contas e este relatório, fornecem informação suficiente sobre a situação financeira da entidade, evitam repetições e vários relatórios para diferentes fins, por isso consideramos que o relatório intercalar do fiscal único está aqui integralmente incluído, conforme a alínea h) do nº 6 do artigo 25º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (RJAEL).

8 Como consequência do trabalho de revisão efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual apresenta uma opinião não modificada.

9 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da entidade e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados, são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) as Demonstrações orçamentais da entidade foram preparadas de acordo com o normativo vigente;
- v) a proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

10 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que as demonstrações financeiras, as demonstrações orçamentais, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados estão de acordo com os estatutos da Entidade e com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis.

11 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactamos, pela valiosa colaboração recebida.

Porto, 30 de agosto de 2024

JULIO MARTINS & ALVES DA SILVA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. nº 974
Registado na CMVM com o nº 20160591



J. MARTINS & ALVES DA SILVA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EPAVE – ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1 290 153 euros e um total de património líquido de 606 598 Euros, incluindo um resultado líquido de 53 991 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EPAVE – ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE, E.M.** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ✓ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos



EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais da Entidade, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 1 988 272 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1 568 996 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Póvoa de Lanhoso, 30 de agosto de 2024

JULIO MARTINS & ALVES DA SILVA,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. nº 974
Registado na CMVM com o nº 20160591

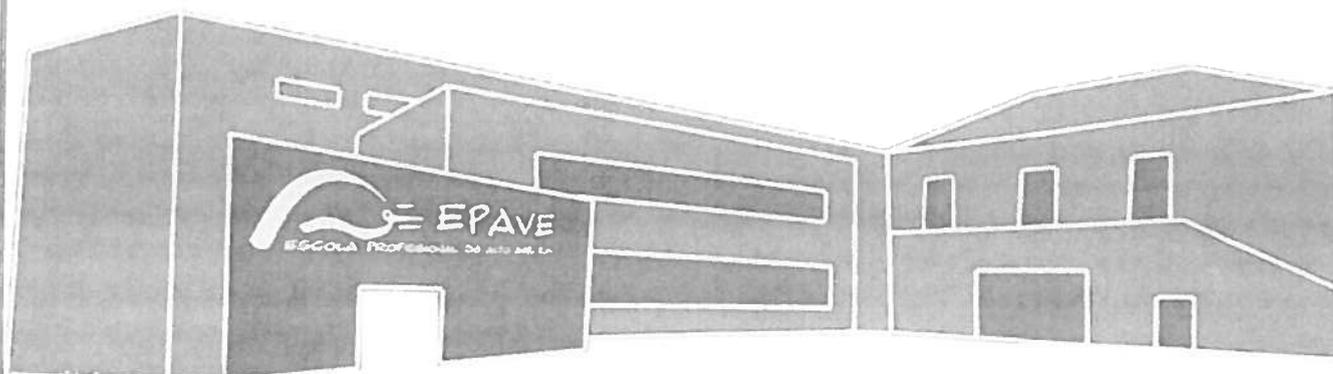
RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

DL nº133/2013 art. 54º

António J.
d
D



Relatório de Governo Societário 2023



65 PESSOAS
2030



Cofinanciado pela
União Europeia



SECRETARIA
REGIONAL DO AVE



ESMITH

Índice

I. NOTA ENQUADRAMENTO	3
II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS.....	4
III. ESTRUTURA DE CAPITAL SOCIAL	7
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	8
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	13
VI. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE.....	16
VII. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO	17

António

u

f

I. NOTA ENQUADRAMENTO

A EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M., doravante designada por EPAVE, é uma empresa municipal que tem como objeto social a formação profissional, podendo ainda exercer outras atividades para além daquelas que constituem o objeto principal e, que para o efeito, se encontre habilitada.

A EPAVE, entidade de direito privado, controlada pelo município a Póvoa de Lanhoso, regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constante na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e integram-se no sector público empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis constam do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Para efeitos do disposto no diploma, o setor público empresarial abrange o setor empresarial do Estado e o setor empresarial local e nele se fixam normas relativas às estruturas de governo societário, com destaque para o modelo de governo assumido, que deverá assegurar a efetiva separação entre as funções de administração executiva e de fiscalização.

Existindo uma fonte legal, a definição dos princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas, esclarece os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o setor público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei, assim como os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.

No âmbito das regras que se impõem agora a todas as empresas públicas, exige-se a prestação de informações tidas por essenciais para a garantia de um conhecimento adequado das práticas de bom governo adotadas, independentemente do respetivo modelo societário ou da área de negócio ou campo de atuação.

Paralelamente, o regime jurídico das empresas locais impõe especiais deveres de informação aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, indicados no artigo 42.º da referida Lei Nº 50/2012, a que a empresa dá pleno cumprimento. O presente Relatório tem por objetivo identificar, sinalizar e informar os acionistas da empresa e todas as demais partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de gestão corporativa executadas pela empresa, dando cumprimento ao disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no artigo 70.º do Código das Sociedades Comerciais, que preveem a existência de um Relatório anual de boas práticas do Governo Societário.

António
R
P

II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A EPAVE apresenta como MISSÃO:

SER uma escola de referência no Vale do Ave, pela qualidade da formação profissional ministrada e pela promoção de princípios e valores nos jovens que se empenham em abraçar a vertente profissionalizante no seu percurso formativo.

É VISÃO da EPAVE:

FORMAR jovens, proporcionando-lhes uma formação qualificante que lhes permite integrarem-se no mundo do trabalho com sucesso, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

O PROPÓSITO da Escola passa pela:

AFIRMAR-SE como uma Escola que assenta em valores como: Responsabilidade e Integridade; Excelência e Exigência; Inovação, Cidadania, Inclusão e Participação; Liberdade; Competência, Sustentabilidade e Diversidade.

A EPAVE assume os princípios que orientam, justificam e dão sentido ao *Perfil dos Alunos/as à Saída da Escolaridade Obrigatória*, determinados:

a) Na **Base Humanista**: a escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.

b) No **Saber**: o saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos/as, a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto.

c) Na **Aprendizagem**: as aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida.

d) Na **Inclusão**: a escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos/as tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos os alunos/as têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos.

e) Na **Coerência e Flexibilidade**: garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos/as no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores/as e educadores/as sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas.

f) Nas **Adaptabilidade e Ousadia**: educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.

g) Na **Sustentabilidade**: a escola contribui para formar nos alunos/as a consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana.

h) Na **Estabilidade**: educar para um perfil de competências alargado requer tempo e persistência. O Perfil dos Alunos/as à Saída da Escolaridade Obrigatória permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adeque e produza efeitos.

Constituem OBJETIVOS GERAIS da Escola:

a. Procurar a inovação e qualidade na formação ministrada e fomentar um projeto curricular inovador e sustentado que produza a excelência na integração dos jovens no mundo do trabalho;

b. Trabalhar para a melhoria contínua da qualidade do sucesso escolar e profissional dos jovens;

Antunes
PA
L

- c. Promover uma organização interna e funcional capaz de responder aos interesses da formação dos alunos/as e das necessidades empresariais da região;
- d. Formar os jovens conscientes dos seus deveres de cidadania na sua dimensão pessoal e social;
- e. Promover o combate ao abandono escolar precoce;
- f. Valorizar os profissionais que na Escola trabalham;
- g. Promover a cultura de autoavaliação e de melhoria contínua dos seus serviços;
- h. Incentivar a participação e corresponsabilidade no processo educativo por parte das famílias;
- i. Garantir os recursos didáticos inovadores e promover a utilização das novas tecnologias.

Para a prossecução dos objetivos, são ATRIBUIÇÕES da EPAVE:

- a) Contribuir para formação integral dos jovens, proporcionando-lhes uma preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
- b) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais do respetivo tecido social;
- c) Facultar aos alunos/as contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção profissional.
- d) Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades do desenvolvimento integrado, particularmente no âmbito racional e local;
- e) Facultar aos alunos/as uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os preparar para a vida ativa e para o prosseguimento de estudos.
- f) Celebrar protocolos, parcerias, contratos e outros acordos, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, nos termos dos presentes Estatutos.

III. ESTRUTURA DE CAPITAL SOCIAL

A EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M. com capital social cifrado em 20.000,00€, entidade de direito privado, controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, enquadra-se no regime jurídico previsto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, como sector empresarial local.

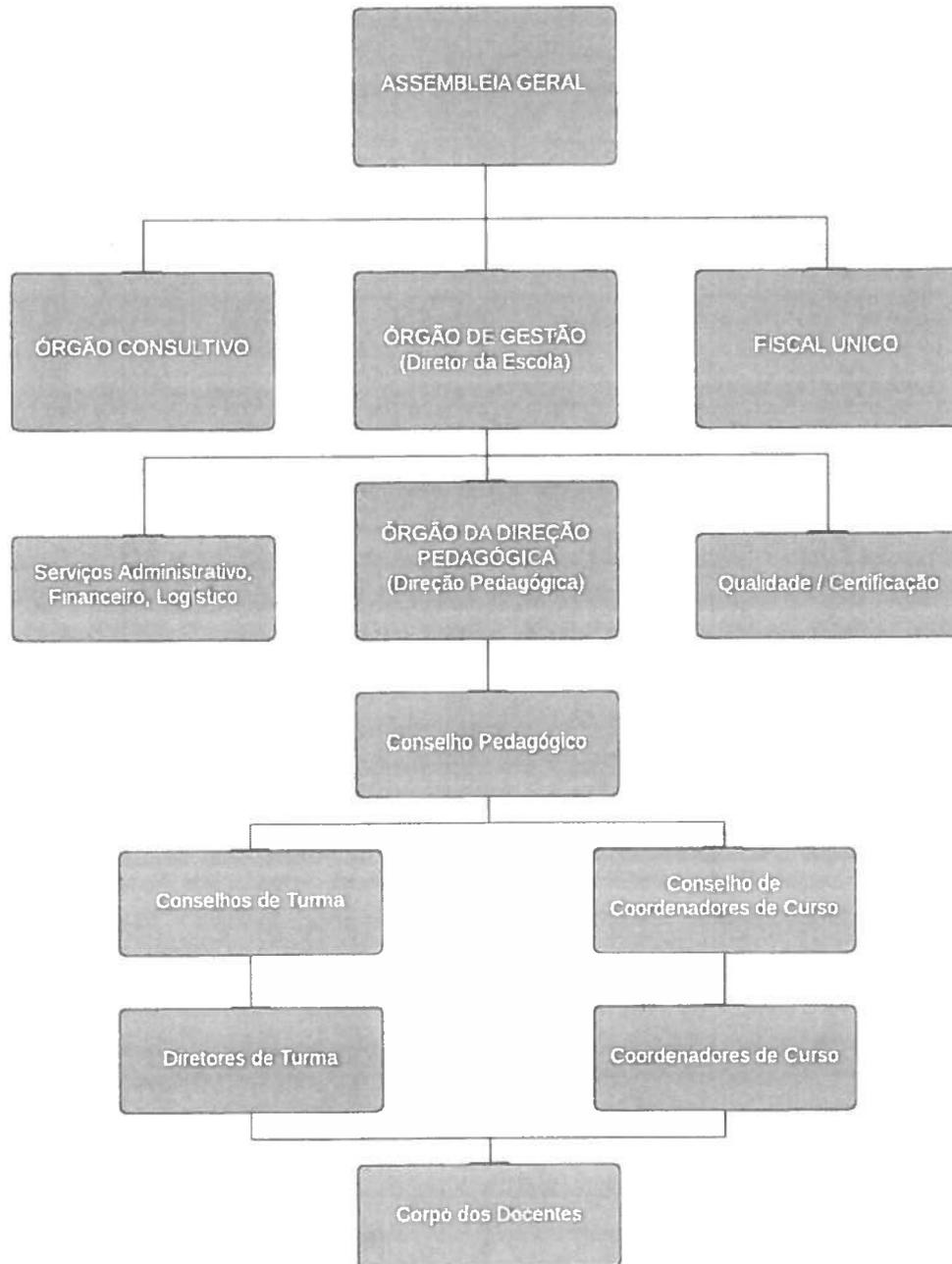
O Conselho de Administração é composto por três elementos, um presidente e dois vogais, eleitos pela Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no artigo 26º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.

António
RA
1.

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS

A EPAVE compreende os seguintes órgãos:

Figura 1 | Organograma da EPAVE



Arturo
Qu

9.

- ASSEMBLEIA GERAL

Constituição e Processo de Designação

- a. A Assembleia Geral é constituída pelo representante da entidade pública participante, designado pelo seu órgão executivo, e as suas deliberações serão de cumprimento obrigatório para os membros, bem como os demais órgãos da EPAVE.
- b. Em caso de impossibilidade absoluta continuada devido a doença ou qualquer outro facto análogo, o órgão executivo deverá nomear um substituto para exercer tais funções durante o período de impossibilidade.
- c. O membro da Assembleia Geral não é remunerado

António
DA
L

Atribuições e Competências

Compete à Assembleia Geral da EPAVE, designadamente:

- a. Aprovar os seus estatutos;
- b. Deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da sociedade;
- c. Discutir e aprovar o relatório, balanço e contas apresentadas pelo Órgão de Gestão e o relatório e parecer do Fiscal Único;
- d. Aprovar o plano de atividades e orçamento da EPAVE;
- e. Tratar de qualquer outro assunto para o qual haja sido convocado.

- ÓRGÃO DE GESTÃO

Constituição e Processo de Designação

1. O Órgão de Gestão da EPAVE é composto por um presidente e um máximo de dois vogais.
2. Os membros do Órgão de Gestão são propostos pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e eleitos pela Assembleia Geral.
3. Um dos membros do Órgão de Gestão assume funções remuneradas, preside ao mesmo e assume as funções de Diretor da EPAVE.

4. O Órgão de Gestão reúne em sessão ordinária uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente.

Mandato

O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de quatro anos, coincidente com os dos titulares dos órgãos autárquicos.

Atribuições e Competências

Compete ao Órgão de Gestão:

- a. Representar a Escola junto do Ministério da Educação e Ciência, em todos os assuntos de natureza administrativa e financeira;
- b. Dotar a EPAVE de estatutos;
- c. Acompanhar e verificar a legalidade da gestão administrativa da escola profissional;
- d. Assegurar os recursos financeiros indispensáveis ao funcionamento da EPAVE e proceder à sua gestão económica e financeira;
- e. Responder pela correta aplicação dos apoios financeiros obtidos;
- f. Garantir a instrumentalidade dos meios administrativos e financeiros, face aos objetivos educativos e pedagógicos;
- g. Prestar ao Ministério da Educação e Ciência as informações que este solicitar;
- h. Incentivar a participação dos diferentes setores das comunidades escolar e local, na atividade da EPAVE, de acordo com o Regulamento Interno, o Projeto Educativo o Plano Anual de Atividades da Escola;
- i. Criar e assegurar as condições necessárias ao normal funcionamento da escola;
- j. Aprovar o plano de formação para cada ano letivo e propor ao Ministério da Educação;
- k. Nomear o/a Diretor/a Pedagógico e os Coordenadores dos Cursos sob proposta do Diretor/a da Escola.
- l. Contratar o pessoal para prestar serviços na instituição sob proposta do Diretor da Escola.

- m. Representar a EPAVE, em juízo e fora dela.

- FISCAL ÚNICO

Constituição e Processo de Designação

- a. O Fiscal Único é, obrigatoriamente, um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
- b. Compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o Fiscal Único sob proposta do órgão executivo.

Antes
RA
h

Mandato

- a. O mandato do Fiscal Único é de quatro anos coincidente com o mandato autárquico e a renovação da entidade proprietária da EPAVE.
- b. No último ano de mandato, o Fiscal Único deverá manter-se em funções até ao final do ano civil, para certificação oficial das contas.

Atribuições e Competências

Sem prejuízo das competências que lhe são atribuídas pela lei comercial, ao Fiscal Único compete:

- a. Emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;
- b. Emitir parecer prévio sobre a necessidade de avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da EPAVE e, sendo caso disso, proceder ao exame do plano previsional, previsto no nº 5 do artigo 40 da Lei 50/2012 de 31 de agosto;
- c. Emitir parecer prévio sobre a celebração de contratos-programa nas situações previstas na lei;
- d. Fiscalizar a ação do Órgão de Gestão;
- e. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

- Antunes*
RA
f
- f. Participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da EPAVE;
 - g. Proceder à verificação dos valores patrimoniais da EPAVE ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
 - h. Remeter, semestralmente, ao órgão executivo da entidade pública participante, informação sobre a situação económico-financeira da EPAVE;
 - i. Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para EPAVE ou por solicitação do Órgão de Gestão;
 - j. Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do Órgão de Gestão e contas de exercício;
 - k. Emitir a certificação legal das contas.

O Fiscal Único é responsável pelos atos praticados no exercício das suas funções.

- ÓRGÃO CONSULTIVO

Definição

O Órgão Consultivo é um órgão ao qual compete dar parecer acerca de matérias de interesse da atividade escolar.

Composição

O Órgão Consultivo é composto por:

1. Um representante dos órgãos de Direção da Escola;
2. Um representante dos docentes;
3. Um representante dos alunos/as;
4. Um representante dos pais/encarregados de educação;
5. Representantes locais do tecido económico e social, constituído no máximo por três elementos;
6. Representante das empresas parceiras na formação.

Funcionamento

1. O Órgão Consultivo reúne, pelo menos, uma vez por ano letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo respetivo presidente.
2. O Órgão Consultivo é presidido pelo/a Diretor/a da Escola, a quem cabe convocar e dirigir as reuniões, secretariadas pelo/a Diretor/a Pedagógico.

Competências

O Órgão Consultivo tem competência para:

1. Dar parecer sobre o Projeto Educativo da Escola;
2. Dar parecer sobre os Cursos de Ensino e Formação Profissional dual e outras ofertas educativas e formativas.

António
da
L.

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

- OBRIGAÇÕES DE DIVULGAÇÃO

A Empresa Escola Profissional do Alto Ave, E.M. tem disponível no seu site em www.epave.pt, a seguinte informação:

- a. - Composição da estrutura acionista, constante nos Estatutos da EPAVE;
- b. - Os planos de atividade e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- c. - Orçamento anual e plurianual;
- d. - Os documentos anuais de prestação de contas.

- TRANSPARÊNCIA:

Cumprindo o artigo 45º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, esta empresa que prossegue fins de interesse público, cumpre todas as obrigações de divulgação, de modo a cumprir a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação de serviço público. A EPAVE procura em que cada um dos seus relatórios seja mais claro e de fácil compreensão, permitindo à sociedade em geral acompanhar a gestão da

empresa. As contas da Sociedade foram apresentadas de acordo com os regulamentos e as boas práticas de contabilidade e refletem de forma mais clara e fiável a atividade da empresa.

Para além disso, foi divulgando no seu *site* informações com interesse para o público em geral. Paralelamente, esta entidade é alvo de auditorias externas, por parte da entidade financiadora Fundo Social Europeu, pelo Ministério da Educação e pela Agência Nacional para a Qualificação do Ensino Profissional, no processo de Certificação da Qualidade, alinhado com o EQAVET.

- PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Portugal aderiu em 2005 à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

De acordo com a definição do COSO – Enterprise Risk Management Framework, a gestão do risco é: “-um processo contínuo e que flui através da organização;

- conduzido pelos profissionais em todos os níveis da organização;
- aplicado à definição da estratégia;
- constante em todos os níveis da organização, incluindo uma visão de todos os riscos a que ela está exposta;
- formulado para identificar os eventos cuja ocorrência poderá afetar a organização, e para administrar os riscos de acordo com a sua apetência;
- capaz de propiciar uma garantia razoável para os gestores;
- orientado para a realização de objetivos (estratégicos e operacionais)”.

Assim, a gestão deverá determinar qual a resposta a estes riscos. Estas respostas incluem evitar, reduzir, partilhar ou aceitar os riscos. O Conselho de Administração tem procurado garantir, por parte da empresa, um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis, disponíveis no site da empresa.

- CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA

Não existe formalmente um Código de Ética e de Conduta, não obstante, o Conselho de Administração da Escola Profissional do Alto Ave considera que tratou com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente

colaboradores/as da empresa e todas as entidades que estabeleceram alguma relação jurídica com a empresa.

- RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EPAVE

EPAVE pauta a sua ação por princípios de responsabilidade social.

As principais práticas de responsabilidade social da escola ao longo da sua atividade em 2023 foram, entre outras, as seguintes:

- a. Na área da gestão dos recursos humanos, facilitou a flexibilização dos horários de trabalho, de modo a satisfazer as necessidades pessoais dos colaboradores/as, sem prejudicar a operacionalidade da empresa;
- b. No pagamento atempado aos fornecedores;
- c. No pagamento atempadamente aos recursos humanos, bem como aos alunos/as que são financiados;
- d. Na participação da equipa técnica na definição da política e estratégia da empresa;
- e. Na participação de todos/as os/as trabalhadores/as da EPAVE, na preparação do novo ano letivo;
- f. Promoveu a realização de atividades escolares, com a participação ativa de instituições de cariz social, designadamente com a disponibilização dos serviços de cabeleireiro, dos/as alunos/as, sob orientação da formadora, aos/às vários/as utentes das instituições;
- g. No cuidado em utilizar uma linguagem escrita e visual que dê igual estatuto e visibilidade às mulheres e aos homens nos documentos produzidos, editados e distribuídos.

António B
R
/

- POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE

A igualdade de oportunidades é considerada um princípio fundamental dos atuais ordenamentos jurídicos, sendo uma componente de pleno direito da cidadania. No fundo, o significado e tradução que esta tem para EPAVE, é que as necessidades de cada pessoa têm igual importância, e que todos os recursos se devem empregar de maneira a garantir que

todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de participação. É este então o compromisso da Escola.

No entanto, em momento algum a EPAVE delimita as possibilidades de participação, quer na fase de divulgação quer na sua própria fase de conceção, trabalhando sempre no sentido de constituir grupos mistos e plurais.

Os membros do conselho de administração, procuram constantemente atentar e envolver toda a equipa na gestão estratégica da organização da empresa, envolvendo-a na política de gestão. Esta estratégia visa, sobretudo, o fortalecimento da motivação de toda a equipa, estimulando o aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores/as, proporcionando formação e sensibilização em várias temáticas para todos, contribuindo, desta forma, para a sua valorização profissional.

A EPAVE promove uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, e a política de igualdade de tratamento de oportunidades entre os sexos está patente na paridade conseguida na composição dos seus quadros por elementos mistos, de ambos os sexos.

VI. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

- INDEPENDÊNCIA

Os membros do órgão de gestão da EPAVE abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas.

Também não detêm qualquer participação patrimonial na sociedade, nem possuem qualquer relação com fornecedores, clientes e outras entidades suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

VII. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Escola Profissional do Alto Ave cumpre as obrigações de divulgação de informação previstas nos artigos 44.º e 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, disponíveis em www.epave.pt.

Órgão de Gestão

Paula Cristina de Sousa Antunes

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira

